

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2007/2008



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**A MISSÃO DO SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
- QUE FUTURO?**

**Francisco José Alves Mendonça
CAP/PA**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A MISSÃO DO SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
- QUE FUTURO?**

CAP/PA Francisco José Alves Mendonça

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA 2007/2008

Lisboa 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A MISSÃO DO SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
- QUE FUTURO?**

CAP/PA Francisco José Alves Mendonça

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Orientador: Tenente-Coronel Vale Lima

Lisboa 2008



Agradecimentos

Embora este seja um trabalho de investigação individual, existem contributos que merecem ser realçados pelo seu inestimável valor.

Em primeiro lugar quero agradecer à Isabel, à Inês e à Joana, pela compreensão, apoio familiar e pelo sentido que dão à minha vida.

Gostaria de deixar expresso o meu reconhecimento aos meus entrevistados, CMG Lucrécio Chambel, COR José Canto, TCOR Melim e TCOR Henrique Faustino. Os conhecimentos e as informações que me transmitiram foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à Dr.^a Paula Fernandes e TEN Regina Rodrigues do Serviço de Acção Social da Força Aérea, pela permanente disponibilidade e apoio demonstrados ao longo do tempo.

A todos os militares nas diferentes Unidades e Órgãos da FAP que se disponibilizaram para responder aos inquéritos efectuados, o meu obrigado.

Finalmente, ao meu orientador, Tenente-Coronel Vale Lima, uma palavra especial de gratidão pela compreensão, intervenções oportunas e apoio dispensados.



Índice

<u>Assunto</u>	<u>Nº de pág.</u>
Introdução	1
Justificação do Estudo	1
Objecto do estudo e sua delimitação	1
Definição dos objectivos da investigação.....	1
Metodologia.....	2
Base Conceptual	3
1. Enquadramento	4
a. Órgãos de Apoio Social da Família Militar	4
b. IASFA	5
(1) A reestruturação e a mudança	5
(2) Acção Social Complementar.....	6
2. Forças Armadas – Serviços congéneres	7
a. Marinha Portuguesa	7
b. Exército Português.....	8
3. O Serviço de Acção Social na FAP	10
a. A missão e competências actuais.....	10
b. Estrutura organizacional	10
c. Recursos Humanos	11
d. Actividades e financiamento	12
4. Factores para melhorar o bem-estar e apoio social	14
a. Tratamento de entrevistas	14
b. Análise de inquéritos	14
c. Gestão de recursos	18
d. Avaliação das hipóteses.....	20
Conclusões	23
Contributos do trabalho para o conhecimento	26
Recomendações	26
Bibliografia.....	28
Anexo A – Corpo de conceitos.....	A1
Anexo B – Actividades e dados estatísticos do IASFA	B1
Anexo C – Organograma e quadro orgânico do SAS.....	C1
Anexo D – Portal do SAS na Intranet – FAP	D1
Anexo E – Pontos comuns e divergências nos ramos das FFAA.....	E1



Anexo F – Modelo de Inquérito	F1
Anexo G – Plano mensal de despistagem toxicológica de Janeiro 2008 da DIVINFO	G1
Anexo H – Indicadores para análise de resultados	H1
Anexo I – Análise de resultados do inquérito.....	I1
Anexo J – Quadro de análise de opinião	J1
Anexo L – Entrevistas efectuadas	L1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Análise conceptual da eficácia.....	18
--	----

Índice de Figuras

Figura 1 – Áreas de actividades mais importantes	17
Figura 2 – Actividades mais importantes	18



Resumo

O presente trabalho, com o tema “A Missão do Serviço de Acção Social – que futuro?”, apresenta como requisito principal da sua investigação, a necessidade de adoptar práticas de gestão na área da Acção Social da Força Aérea Portuguesa (FAP), que sejam equilibradas em termos de recursos financeiros e humanos, face aos novos desafios do séc. XXI.

A investigação visa essencialmente a redefinição da missão do Serviço de Acção Social nas suas Unidades e Órgãos, efectuando-se simultaneamente uma abordagem qualitativa e comparativa com os serviços congéneres dos outros ramos, de modo a se compreender a situação actual, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

O Serviço de Acção Social (SAS) depende do Comando de Pessoal da Força Aérea e tem como missão a promoção do bem-estar e do apoio social ao pessoal da FAP, contando para o efeito com a colaboração dos Gabinetes de Acção Social das Unidades.

Neste contexto, este trabalho pretendeu identificar os factores que possam contribuir, para o melhoramento do bem-estar e apoio social aos militares da FAP no activo e respectivas famílias, definindo um modelo de acção social para o futuro.

A pesquisa do tema baseou-se, fundamentalmente, em entrevistas, na consulta de diplomas legais, portais e outros documentos referentes à área social. Tendo presente que só conhecendo as pessoas se poderá definir melhor as estratégias de actuação, efectuou-se um inquérito nas Unidades da FAP aos militares do activo, com o propósito de auscultar as suas preocupações e propostas.

Esta investigação permitiu identificar a existência de algumas actividades sociais entre os ramos das Forças Armadas que podem e devem ser centralizadas no Instituto de Acção Social das Forças Armadas, como forma de racionalizar a estrutura do sistema de acção social militar, SAS incluído e melhorar o funcionamento interno dos serviços, aumentando a eficácia da organização.

A conclusão mais importante a extrair deste trabalho é que é possível ao SAS garantir a acção social, de forma sustentada, aos militares da FAP e seus familiares, através da optimização dos recursos existentes nas Forças Armadas, e em particular na FAP.



Abstract

The present work, with the theme “The Social Action Service Mission – Which Future? ”, presents as its main investigation condition, the necessity to adopt practice management in the field of Social Action of Portuguese Air Force (PoAF), that are balanced in concern to the human and financial resources, in face of new challenges for the XXI century.

The redefinition of the mission of Social Action Service (SAS) is the essential aim of this investigation, at its Units and Services. Simultaneously it was made a qualitative and comparative approach with similar services of Portuguese Armed Forces in order to understand the present situation in the Armed Forces and National Defence Ministry.

The SAS depends on the Air Force Personnel Command and has the mission to promote welfare and the social support for the people of PoAF, with the collaboration of Social Action Offices of the Units.

In this context, it was the author’s intention to identify the factors which may contribute for the improvement of the welfare and social support for PoAF active servicemen and their families, defining a model of social action in the future.

The investigation of the theme was mainly based on interviews, consultation of laws, internet sites and others documents concerning social science. Have in mind, that only knowing the people, we may better define actuation strategies, it was made inquires in PoAF Units to militaries, with the goal to sound their preoccupations and proposals.

This work allowed to identify the existence of some social activities of Portuguese Armed Forces that can and must be centralized in Social Action Institute of Armed Forces, as way of rationalize the system structure of military social action, including SAS, and to improve the functioning of internal services, increasing the organization effectively.

The most important conclusion to draw from this work is that it is possible to SAS to guarantee the social action in a sustained form, to the PoAF military and their families, through out optimization of existent resources at Armed Forces, and in particularly at PoAF.



Palavras-chave

Acção Social; Apoio Social; Bem-Estar; Missão; Organização; Gestão; Motivação; Eficácia; Desenvolvimento sustentável; Qualidade de vida.



Lista de abreviaturas

ADM	Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ASC	Acção Social Complementar
BT	Beneficiários Titulares
BF	Beneficiários Familiares
CAS	Centro(s) de Apoio Social
CE	Comparticipação Escolar Normalizada
CEAD	Comparticipação Escolar para o Apoio na Deficiência
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CPESFA	Comando de Pessoal da Força Aérea
CRMFA	Centro de Recrutamento e Mobilização da Força Aérea
CRP	Constituição da República Portuguesa
DAS	Direcção de Apoio Social da Armada
DFA	Deficientes das Forças Armadas
DL	Decreto-Lei
DR	Decreto Regulamentar
DIVAS	Divisão de Assuntos Sociais do IASFA
EMA	Estado-Maior da Armada
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFA/DIVPES	Divisão de Pessoal do Estado-Maior da Força Aérea
EMFA/DIVINFO	Divisão de Informações do Estado-Maior da Força Aérea
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FAP	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
GAS	Gabinete(s) de Acção Social das Unidades e Órgãos da Força Aérea
GASAD	Gabinete de Acção Social e Apoio ao Doente
GSM	Gabinete de Segurança Militar
HFA	Hospital da Força Aérea
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
MDN	Ministério da Defesa Nacional
NAC	Núcleo de Apoio ao Comando
PPCDAFA	Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas FFAA
QP	Quadros Permanentes
RAS	Repartição de Acção Social
RC	Regime de Contrato
RFA	Regulamento da Força Aérea
SAS	Serviço de Acção Social da Força Aérea
SCAF	Subsídio Complementar de Apoio Familiar
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa
SEL	Subsídio Especial de Lar
SER	Subsídio Especial de Residente



Introdução

“O importante da vida não é saberes onde estás, mas sim para onde vais”

GOETHE

Na sociedade contemporânea, em que a globalização emerge como um fenómeno social, económico e cultural, caracterizada pelo aparecimento de um novo conjunto de valores, mais difícil poderá ser o papel de uma organização militar, como a FAP, com orçamentos limitados, em motivar os seus recursos humanos para o empenho na realização da missão. Enfrentar esse desafio e vencê-lo deve ser entendido, para além de uma necessidade, também uma obrigação.

Justificação do estudo

Este trabalho reveste-se assim, de particular importância, pela sua actualidade, na medida em que interessa avaliar de que forma a missão do SAS na FAP corresponde às expectativas dos seus militares. Neste contexto, importa redefinir um modelo de acção social equilibrado em termos de recursos humanos e financeiros, face aos novos desafios do séc. XXI. O futuro exige ainda a definição de novas orientações estratégicas (desenvolvimento sustentável), de onde advém a pertinência deste estudo.

Objecto de estudo e sua delimitação

Esta investigação visa, essencialmente, a eventual redefinição da missão do SAS no Universo FAP, efectuando-se uma abordagem qualitativa e comparativa com os serviços congéneres dos outros ramos das Forças Armadas (FFAA), de modo a compreender-se a situação actual. Tendo presente a actividade e estatuto do *Instituto de Acção Social das Forças Armadas* (IASFA), no âmbito da *Acção Social Complementar* (ASC), prestada aos seus Beneficiários e à Família Militar, considera-se inevitável a abordagem a este Instituto, numa perspectiva de melhor compreender a realidade e encontrar soluções sustentáveis.

Definição dos objectivos da Investigação

Pretende-se, através desta investigação, identificar os factores que possam contribuir para a melhoria do bem-estar e apoio social aos militares da FAP no activo e respectivas famílias, definindo um modelo de acção social para o futuro.



Para atingir este objectivo, a investigação deve contemplar os seguintes objectivos específicos: Verificar a importância da ASC prestada pelo IASFA aos beneficiários e respectivos familiares; relacionar as práticas sociais seguidas pelos órgãos congéneres dos outros ramos das FFAA com a missão do SAS; analisar o SAS, abrangendo as suas extensões nas Unidades - Gabinete(s) de Acção Social (GAS) e identificar novas acções que possam integrar a missão do SAS.

Metodologia

O trabalho desenvolvido teve como referência o método de investigação em Ciências Sociais proposto por Raymond Quivy. Nesse sentido, começou-se por definir a pergunta de partida que orienta a investigação:

– *Que missão para o SAS garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social esperados pelos militares da FAP e respectivas famílias?*

As questões derivadas da anterior são as seguintes:

- *De que forma é prestada a ASC do IASFA aos seus beneficiários no activo?*
- *Quais são as áreas e actividades de acção social mais procuradas pelos militares e seus familiares?*
- *Quais são os recursos necessários para uma acção social sustentada?*

A pesquisa baseou-se na leitura de estudos e documentos relacionados com o tema. Para além desta pesquisa, foram efectuadas entrevistas a Oficiais com responsabilidades nas diversas áreas da Acção Social em análise. Efectuou-se ainda um inquérito nas Unidades da FAP aos militares do activo, com o propósito de auscultar as suas preocupações e propostas.

Face às questões levantadas, admitem-se como hipóteses:

- *A missão definida para o SAS, integrando novas actividades sociais, garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social aos militares da FAP e seus familiares, obtendo uma maior eficácia na gestão dos recursos.*
- *A missão definida para o SAS, integrando novas iniciativas sociais e centralizando no IASFA algumas competências e actividades que assegurem a racionalização da estrutura, garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social aos beneficiários da FAP, contribuindo para uma maior eficácia na gestão dos recursos.*



Base conceptual

No âmbito deste trabalho serão utilizados conceitos operacionais, que importa explicitar:

- **Bem-estar** - “*A Constituição da República Portuguesa consagra um modelo de Estado vinculado pela prossecução do bem-estar. (...) assenta na criação e efectivação de condições sociais e económicas que permitam a progressiva melhoria da qualidade de vida (material) das pessoas e (...), na criação e efectivação de condições políticas, culturais e ambientais conducentes ao pleno desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão, em termos individuais e sociais.*” (OTERO citado por Barata, 2002:2-1)

- **Apoio Social** – sistema que “*tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades. (...)*” (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)

- **Missão** - Corresponde à razão de ser da organização e constitui a súpula dos valores, objectivos e intenções da mesma. (Nota Positiva – Dicionários de Gestão)

- **Desenvolvimento sustentável** - “*A expressão não é um conceito definido rigorosamente mas é comum associar-se o desenvolvimento sustentável ao que se sustenta por si, (...) porque é capaz de combinar adequadamente o crescimento económico com a protecção dos recursos e a coesão social, como factores capazes de lhe dar continuidade no tempo.*” (Plano Tecnológico)

- **Gestão** - É a reunião de acções desenvolvidas através de meios humanos, materiais, técnicos e financeiros, para atingir os seus objectivos, compreendendo as funções de planeamento, organização, direcção e controlo (BILHIM, 2000: 1)

- **Eficácia** - Segundo Steers citado por Fernandes (2007), “*(...) é uma função da interacção da adaptabilidade, flexibilidade, produtividade e factores de satisfação encontrados nas organizações.*” A Eficácia orienta a gestão e a acção dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores para a obtenção dos resultados previstos¹. (9114-3)

¹ Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro: Estabelece o sistema integrado de gestão na Administração Pública



1. Enquadramento

Diante do contexto histórico em que vivemos, no qual a globalização está longe de permitir uma equitativa melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a questão social apresenta-se como um dos desafios mais importantes a enfrentar.

Segundo Aida Ferreira, “*A questão que se coloca respeita essencialmente aos possíveis limites e (ou) desafios do Serviço Social em contexto de intervenção em fenómenos locais, cuja influência resulta de políticas abrangentes, decididas através de um sistema global de relações internacionais, onde cada Estado-Nação responsável pelas políticas sociais do seu território, sofre influências que vão inexoravelmente repercutir-se na acção do Serviço Social*” (FERREIRA, 2005: 19).

Neste contexto, consagra a Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu Artigo 81.º: “*Incumbe prioritariamente ao Estado no âmbito económico e social: a) Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável (...)*” (CRP, 2005: 23).

A CRP lança assim as bases para um projecto nacional em que Portugal está fortemente envolvido. O projecto “(...) que a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) define, constitui assim uma oportunidade para a renovação das instituições e da nossa cultura democrática*”².

a. Órgãos de Apoio Social da Família Militar

Detendo as organizações a responsabilidade de colaborar com o Estado na promoção destes direitos constitucionais, junto dos respectivos elementos, importa avaliar de que forma as instituições estatais se encontram organizadas e preparadas para os novos desafios do séc. XXI.

Existe nas Forças Armadas um conjunto de órgãos de apoio social, de utilização comum entre os ramos, que têm por objectivo promover o bem-estar da família militar. Na dependência do Ministério da Defesa Nacional (MDN), temos o IASFA e na dependência do Exército ou da Marinha, incluem-se: messes, estabelecimentos militares de ensino (Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odívetas) e centros de férias.

² O Conselho de Ministros aprovou em 28DEZ2006 a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), a qual visa a aproximação de Portugal aos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia. Fonte: Plano Tecnológico



b. IASFA

O IASFA é uma instituição de interesse público que exerce a sua actividade integrado no MDN³. Este Instituto é pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira, cujo estatuto foi criado em 1995 e decorre da integração numa única entidade dos seguintes órgãos: Serviços Sociais das Forças Armadas, Cofre de Previdência das Forças Armadas, Lar de Veteranos Militares e o Complexo Social do Alfeite.

O IASFA tem como objectivo fundamental “*desenvolver acções de promoção social junto dos seus beneficiários*” (DL n.º 284/95: 6748).

A estrutura organizacional do IASFA integra, ao nível institucional/estratégico, um Conselho de Direcção, um Conselho Consultivo e uma Comissão de Fiscalização. O Conselho de Direcção é composto por um presidente e dois vogais (sendo um de cada ramo), nomeados pelo Ministro da Defesa, ouvidos os Chefes de Estado-Maior. Ao nível operacional, o IASFA dispõe da Divisão de Assuntos Sociais (DIVAS).

(1) A Reestruturação e a mudança

Com a publicação do DL N.º 167/2005⁴, o IASFA assumiu em 2006 a responsabilidade de gerir a ADM. Sobre esta matéria, o Presidente do Conselho de Direcção do IASFA⁵ referiu: “(...) ***em termos organizacionais, a primeira, e mais gravosa, consequência dessa responsabilidade foi, a sobreposição dos universos diferenciados da Acção Social Complementar tradicional e da ADM, (...). A segunda consequência, ocorreu em termos financeiros. O legislador determinou a suspensão da quotização para o IASFA ao universo credor da Acção Social Complementar e determinou a criação de desconto para a ADM, ao universo dos seus beneficiários.***” (Relatório de Actividades, 2006: 2)

Tendo em conta a situação actual, importa adequar as Instituições às novas realidades. Dando expressão ao seu intuito reformador, o Governo determinou: “(...) *Importa, assim, prosseguir as medidas de racionalização das estruturas, da gestão de pessoal e de recursos, (...). É*

³ Dec-Lei N.º 284/95 de 30 de Outubro: cria o IASFA

⁴ Dec-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro: Estabelece o novo regime jurídico da Assistência na Doença a Militares das Forças Armadas (ADM), instituindo o IASFA como sua entidade gestora

⁵ TGEN/PilAv Rui Alberto Fidalgo Ferreira



necessário articular a reforma das estruturas de segurança e defesa com o dever de reestruturação da administração central do Estado.⁶”.

(2) **Acção Social Complementar⁷**

A missão do IASFA insere-se no âmbito da ASC em apoio da Família Militar. No âmbito material, constitui objectivo fundamental do Instituto desenvolver acções de promoção do bem-estar social dos seus beneficiários, podendo a concessão das prestações depender dos seus recursos, designadamente da sua situação socio-económica.

Neste enquadramento, surge naturalmente a primeira questão derivada da investigação: - ***De que forma é prestada a ASC do IASFA aos seus beneficiários no activo?***

É neste contexto que o IASFA presta o apoio à infância, aos estudantes, à terceira idade, os serviços de assistência médica, o apoio domiciliário, os subsídios, as comparticipações e empréstimos, os centros de férias, de repouso e a habitação social.

Segundo o Chefe da Divisão de Assuntos Sociais do IASFA, este Instituto tem, no âmbito das suas competências, vindo a celebrar protocolos com diversas entidades públicas e privadas. (Anexo B).

Os serviços de Acção Social dos ramos poderão ainda explorar outras actividades mais perto da família militar. No caso da FAP, podiam ser organizados eventos de natureza associativa, abrangendo os sócios dos diversos clubes (oficiais, sargentos e praças). Estes eventos seriam coordenados pelo SAS e realizados localmente nas Unidades, com a colaboração dos GAS, contribuindo assim, para o bem-estar entre os militares, seus familiares e amigos⁸.

⁶ Resolução do Conselho de Ministros Nº 39/2008, de 07 de Fevereiro

⁷ Acção social complementar (ASC): “integra o conjunto de esquemas complementares de protecção social dos (...) agentes da Administração Pública que se destinem à prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social.” (DL 194/91: 2875-2876)

⁸ Tópico da entrevista com o COR/TPAA José Canto – Chefe da DIVAS



2. Forças Armadas – Serviços congéneres

Esta investigação visa compreender e avaliar de que forma os “Órgãos de Apoio Social” dos outros ramos, se encontram organizados e preparados para ir ao encontro das expectativas dos seus militares e civis, face aos actuais desafios. Neste sentido, pretendemos mais tarde contribuir com soluções que evitem redundâncias e disfunções, concentrem actividades, designadamente nos domínios da gestão de recursos e assegurem que a estrutura tenha uma dimensão equilibrada face à sua missão e efectivo em apreço.

Serão aqui considerados os aspectos mais relevantes destes serviços, entre os quais se contam a missão e competências actuais, a estrutura organizacional, as actividades e o seu financiamento. Sem perder de vista a missão do SAS, estas abordagens poderão em última análise, se for julgado pertinente, apontar para uma racionalização dos serviços congéneres, permitindo obter ganhos de eficácia, em áreas que em tudo são similares.

a. Marinha Portuguesa

(1) Missão e competências

A Direcção de Apoio Social (DAS) é um órgão da Superintendência dos Serviços do Pessoal (SSP), criada pela Lei Orgânica⁹ da Marinha e activada em 1 de Março de 1994 por Despacho¹⁰ do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).

(2) Estrutura Organizacional

Como estabelecido neste diploma legal, a SSP é constituída, para além da DAS e dos departamentos de direcção e assessoria, por: Direcção do Serviço de Pessoal, Direcção do Serviço de Formação, Direcção do Serviço de Saúde, Chefia do Serviço de Justiça e a Chefia do Serviço de Assistência Religiosa.

A estrutura da DAS integra: Director; Subdirector; Conselho Administrativo; Assessoria Técnica (assuntos de saúde e jurídica); Repartição ADM; Repartição de Apoio Social; Serviço de Apoio Geral e Casa do Militar da Armada. De acordo com o Director da DAS, a estrutura existente é adequada ao cumprimento da missão da Direcção¹¹.

⁹ Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro: Aprova a Lei Orgânica da Marinha

¹⁰ Despacho do CEMA n.º 19/94, de 17 de Fevereiro

¹¹ Tópico da entrevista com o CMG Lucrecio Chambel



(3) Actividades e Financiamento

A DAS desenvolve actividades sociais, destacando-se entre as mais procuradas, o transporte de mobílias a preço social, o apoio jurídico com carácter consultivo, a contratação de seguros, o apoio às famílias de militares em missão no exterior, o processamento de subsídios de educação especial, destinados a filhos de militares portadores de deficiência e o controlo de créditos, para aquisição nas OGFE.

A Marinha tem celebrado protocolos no âmbito da Banca e da Saúde, destacando-se o Banco Totta e Açores e Império-Bonança.

Relativamente ao Financiamento, a DAS possui autonomia de gestão alargada, com serviços administrativo e financeiros próprios. Decorrente da extinção da Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA), passando o IASFA a garantir a gestão da ADM, o principal efeito foi a diminuição de 11 elementos do quadro orgânico da DAS que foram transferidos para o IASFA, até ao fim 2007. Estima-se que a partir de Março de 2008, todas as tarefas relacionadas com o processamento da ADM serão concluídas com um atraso mínimo, ficando tudo o que se relaciona com pagamentos, na dependência do IASFA¹².

b. Exército Português

(1) Missão e competências

A Repartição de Apoio Social (RAS) depende da Direcção de Serviços de Pessoal (DSP), estando a sua missão e competências definidas no DR n° 74/2007 de 02 de Julho, o qual decorre do processo de transformação do Exército, operado através da sua Lei Orgânica¹³.

(2) Estrutura Organizacional

A RAS é constituída por: Secção de Assuntos de Apoio Social; Secção de Moral e Bem-estar; Secção de Atendimento e Secção de Apoio ADM. Segundo o Chefe da RAS¹⁴, desde 2005 que a RAS passou a ser

¹² Tópico da entrevista com o Director da DAS

¹³ Dec-Lei n° 61/2006 de 21 de Março: Aprova a Lei Orgânica do Exército

¹⁴ Tópico da entrevista com TCOR/INF Melim – Chefe da Repartição de Apoio Social do Exército



responsável pela gestão de abonos de alimentação, em numerário, a atribuir aos militares do Exército, cumulativamente com a Secção de ADM. Na sua opinião estas atribuições pouco têm a ver com a acção social propriamente dita, embora aceite que possam contribuir para o aumento da qualidade de vida (material) dos militares, interrelacionando-se assim com a área do Bem-estar.

(3) Actividades e Financiamento

Na área do bem-estar e lazer, não há qualquer intervenção da RAS. Os militares interessados, contactam directamente os equipamentos que facultam os serviços de Turismo Social (Messes militares de Lagos, residências de férias, etc.).

A RAS tem vindo a celebrar diversos protocolos com algumas entidades privadas. Entre os principais, destacam-se os contratos com o grupo Santander-Totta, a HP, a CEPESA, a Optimus, a Top Atlântico e o Hospital da Cruz Vermelha. Nesta matéria, o Chefe da RAS entende que os protocolos deviam ser celebrados apenas ao nível do IASFA, que também detém essa competência¹⁵.

No que respeita ao Financiamento, este tem origem no orçamento do ramo. A RAS não possui autonomia financeira, sendo as actividades realizadas financiadas, na medida em que constam no Plano de Actividades de cada ano.

Decorrente da extinção da Assistência na Doença aos Militares do Exército (ADME), passando o IASFA a garantir a gestão da ADM, não se verificaram grandes alterações na RAS, visto que a sua Secção de Apoio ADM continua a encaminhar os beneficiários para o IASFA, quando for caso disso.

¹⁵ Tópico da entrevista com o TCOR Melim



3. O Serviço de Acção Social na FAP

Desde o início da década de 80, do séc. XX, que a FAP tem vindo a mostrar preocupações com as questões sociais, materializando-as na criação de um departamento próprio, dando origem à Repartição de Acção Social (RAS), na dependência do então Sub-CEMFA (Pessoal). Esta repartição evoluiu para o Serviço de Acção Social (SAS), conforme o conhecemos hoje, afirmando-se nos nossos dias como um factor de motivação estratégico, dentro da Força Aérea.

a. A missão e competências actuais

O SAS depende do Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA), encontrando-se a missão e as respectivas competências definidas no Decreto Regulamentar n.º 51/94, de 3 de Setembro, decorrendo este por sua vez, da Lei orgânica da FAP¹⁶. Neste enquadramento, “*O Serviço de Acção Social (SAS) tem por missão promover o bem-estar social e assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea de acordo com os normativos em vigor*” (DR 51/94:5200)

b. Estrutura Organizacional

A estrutura do SAS, como estabelecido no artigo 20.º do DR 51/94, de 3 de Setembro, compreende o chefe do serviço, a secção de análise e programação e a secção de atendimento. Segundo o Chefe do SAS¹⁷, esta estrutura encontrava-se desactualizada face à missão e efectivos colocados no serviço, tendo sido alterada com a revisão do RFA 303-6, que aguarda publicação.

Nos termos do DR 51/1994, incumbe ao CPESFA, prestar a assistência social e promover o bem-estar do pessoal da FAP.

(1) Unidades e Órgãos

Para cumprir a missão no âmbito da acção social, o CPESFA tem os seguintes órgãos:

- **SAS.** O Serviço de Acção Social é objecto deste trabalho e será aqui analisado em pormenor:
- **GAS.** Os Gabinetes de Acção Social podem considerar-se “antenas” do SAS nas Unidades da FAP. O SAS exerce sobre eles autoridade técnica;

¹⁶ Decreto-Lei n.º 51/93, de 26 de Fevereiro: cria a Lei Orgânica da FAP

¹⁷ Tópico da entrevista com o TCOR/TPAA Henrique Faustino



- **GASAD.** O Gabinete de Acção Social e Apoio ao Doente (GASAD) é uma extensão do SAS no Hospital da Força Aérea (HFA), com a missão de identificar e analisar os problemas e necessidades dos militares e civis internados no HFA e proceder ao seu acompanhamento psicossocial;
- **CRMFA/SAS** – O Centro de Recrutamento e Mobilização da Força Aérea (CRMFA), através da Secção de Assuntos Sociais, mantém os processos e apoia os militares do QP na Reforma e na Reserva fora da efectividade de serviço. Incumbe-lhe também, atender e encaminhar os militares deficientes da FAP, pensionistas por invalidez e familiares dos militares falecidos.

(2) **Outros Órgãos de Apoio Social**

- **EMFA/DIVPES** - Compete à Divisão de Pessoal do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA/DIVPES) emitir pareceres e elaborar estudos e propostas no âmbito das retribuições e das prestações sociais;
- **AFAP.** A Associação da Força Aérea Portuguesa (AFAP) é uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, de natureza sócio-cultural e, que desenvolve actividades culturais, recreativas e desportivas. Podem ser associados da AFAP todos os que tenham servido ou sirvam na FAP.

c. Recursos Humanos

Os efectivos colocados no SAS não correspondem ao quadro orgânico em vigor, encontrando-se este desactualizado face ao RFA 306-6, que entretanto foi alterado e se encontra a aguardar publicação, conforme referido em 3. b.

Presentemente, desempenham funções no SAS, o chefe do serviço, que é um Tenente-Coronel TPAA (podendo ser de qualquer especialidade), duas oficiais subalternas, uma Tenente e uma Alferes, e duas técnicas civis, todas licenciadas em Serviço Social e Política Social.

Apesar da falta de dois Majores e de um 1º ou 2º Sargento relativamente ao módulo que está atribuído, o chefe do SAS considera que este efectivo satisfaz as necessidades do serviço. Sente, apenas, que a presença de um Major como adjunto,



poderia contribuir para garantir de forma mais adequada a chefia do serviço, durante as suas ausências e impedimentos. O quadro orgânico com as qualificações previstas para o pessoal militar e civil será apresentado em Anexo C.

d. Actividades e Financiamento

Como abordagem à segunda questão derivada desta investigação: “*Quais são as áreas e actividades de acção social mais procuradas pelos militares e seus familiares?*”, o TCOR Faustino, responde que “*o SAS desenvolve as suas actividades, organizadas em duas áreas prioritárias de intervenção: o Apoio Social e o Bem-estar*”. A saber:

(1) **Apoio Social.** Esta área engloba essencialmente o atendimento personalizado, a divulgação de informação útil, sendo de destacar: o acompanhamento psicossocial aos militares e civis da Força Aérea, as visitas às unidades e órgãos da FAP para atendimento individual de casos de natureza social, o desenvolvimento das acções de natureza social e apoio técnico aos GAS, atendimento no GASAD – HFA e protocolos com entidades externas.

- Apoio às famílias dos militares em serviço no exterior. Segundo o TCOR Surrador¹⁸, a preocupação com a família é uma das maiores inquietações dos militares deslocados. O militar, sente assim, uma forte necessidade de assegurar que a família se encontra em segurança e que recebe o apoio social que eventualmente venha a precisar.

- Decorrente do Despacho n.º 04/03/A do CEMFA de 20JAN, o SAS, é o ponto de ligação entre a FAP e o serviço de atendimento telefónico “linha verde” do EMGFA¹⁹, assegurando a recepção e a resposta aos pedidos de informação apresentados, assegurando também a organização e manutenção de uma base de dados do pessoal da FAP envolvido nestas missões²⁰.

(2) **Bem-estar.** Esta área está mais centrada nas actividades recreativas e culturais. Engloba um conjunto diversificado de iniciativas, sendo de

¹⁸ Tópico da conferência no IESM em 23Jan08

¹⁹ “Linha Verde de Apoio às Famílias dos Militares em Serviço no Exterior”: criada no EMGFA por Despacho n.º 212/MEDN/2002 de 23DEZ

²⁰ Tópico da entrevista com o Chefe do SAS



destacar: as actividades lúdicas e o turismo social, nomeadamente o Intercâmbio entre a FAP e o Ejército del Aire de Espanha²¹ e a utilização da Messe Militar de Lagos durante o período de Veraneio. Para ajudar a conciliar o trabalho dos pais com o cuidar dos filhos em tempo de férias e interrupções lectivas, são realizadas actividades de tempos livres e campos de férias.

De acordo com o Plano de Acção Anual para 2008, o SAS conta ainda com outras *três áreas de intervenção*: Acções de Coordenação, a Prevenção das Toxicodependências e a Divulgação.

- (3) **Acções de Coordenação.** Esta área abrange a realização de reuniões entre os elementos que integram os GAS e o SAS, inspecções aos serviços sob a sua dependência funcional nas Unidades e a reabilitação dos Deficientes das Forças Armadas (DFA), através do Conselho Consultivo para os Assuntos dos DFA.
- (4) **Prevenção de Toxicodependências.** O Chefe do SAS, preside ao Núcleo Coordenador para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo na Força Aérea, a fim de assegurar a coordenação das actividades do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA).
- (5) **Divulgação.** Tem como principais actividades a compilação da legislação social e a promoção da sua divulgação com o objectivo de informar o pessoal da FAP acerca dos seus direitos sociais. Tem também a seu cargo a gestão do portal do SAS na Intranet. (Anexo D)

O Financiamento provém do orçamento do ramo. O SAS não possui autonomia financeira nem verba atribuída. Na sequência da extinção da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADMFA), passando o IASFA a garantir a gestão da ADM, o Chefe do SAS refere que o SAS sempre foi independente da ADMFA. Actualmente, procede-se da mesma forma com a ADM, recorrendo ao IASFA para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento das pessoas. Nesta área o SAS sempre funcionou como facilitador de contactos e informações²²

²¹ Ejército del Aire: congénere espanhola da FAP

²² Tópico da entrevista com o Chefe do SAS



4. Factores para melhorar o bem-estar e apoio social

A FAP procurou sempre ao longo dos anos, efectuar as adaptações julgadas convenientes, no sentido de promover o bem-estar social e assegurar o apoio social dos seus militares e familiares. Mas, se a FAP evoluiu ao procurar adaptar-se, tal actuação não significa forçosamente que a FAP tenha um modelo social funcional e adequado. As razões que levam a tecer esta afirmação prendem-se com as evidências retiradas da experiência sentida nos últimos anos na organização, nas entrevistas efectuadas, nos inquéritos realizados e na análise dos dados presentes nos diversos documentos de pesquisa.

a. Tratamento de entrevistas

Na sequência das entrevistas efectuadas a testemunhas privilegiadas no âmbito da investigação, e que foram abordadas nos capítulos anteriores, analisámos os serviços congéneres dos outros ramos das FFAA e o próprio SAS, considerando os aspectos mais relevantes destes serviços, entre os quais se contam a missão, competências actuais, a estrutura organizacional, as actividades e o seu financiamento. Esta análise permite observar que existem pontos comuns e divergências entre os ramos das FFAA, os quais foram destacados num quadro de análise (Anexo E).

b. Análise de inquéritos

Para melhor caracterizar o problema e podermos avançar na construção do modelo de análise subjacente à investigação, vamos procurar identificar os factores *que possam contribuir, para a melhoria do bem-estar e apoio social aos militares da FAP no activo e respectivas famílias, definindo um modelo de acção social para o futuro*. Foram desenvolvidos inquéritos (Anexo F), os quais foram efectuados nas Unidades constantes do Plano de Despistagem Toxicológica e de Alcoolismo da EMFA/DIVINFO para o mês de Janeiro 2008. (Anexo G).

Nesta fase, consideramos oportuno recuperar a segunda pergunta derivada, *“Quais são as áreas e actividades de acção social mais procuradas pelos militares e seus familiares?”*.

Como forma de encontrar a resposta, não só a esta, mas também às restantes perguntas da investigação, foram extraídos os indicadores para a análise dos resultados do inquérito (Anexos H e I), sendo aqui realçados os seguintes aspectos:



(1) Dados de identificação dos sujeitos inquiridos e sua relação com a FAP

- Cerca de 40% dos inquiridos situam-se no grupo etário dos 21-25 anos, 32% entre 26-30 e 11% no grupo de 41-45 anos. Estamos assim, perante uma amostra maioritariamente jovem;
- Cerca de 75% dos inquiridos são do sexo masculino, o que nos indica a sua predominância sobre o sexo feminino, na FAP;
- Cerca de 51% dos inquiridos são solteiros, sendo 36,9% casados; 2,9% divorciados e 7,3% a viver em união de facto.

(2) Caracterização do nível de familiarização com o SAS e o GAS

- Cerca de 27,5% dos elementos inquiridos não conhecem a missão do SAS, o que no contexto global, é pouco significativo;
- Dos elementos inquiridos cerca de 48,8% desconhecem o GAS da sua Unidade; este indicador dá uma distribuição equitativa dos potenciais interessados na acção social, o que tanto pode significar um “natural” distanciamento da acção social, devido à idade, como também pode representar a falta de divulgação geral e local, ao nível da Unidade;
- Entre os elementos inquiridos, apenas 28 responderam que já beneficiaram de alguma actividade do SAS/GAS, representando 13,5% do total;
- Entre as actividades mais procuradas contam-se o *apoio social* (45%), o *turismo social* (22,5%) e *actividades recreativas e culturais* (26%). Constata-se que estas últimas da área do bem-estar representam cerca de 49% das respostas positivas, o que nos indica claramente qual a área preferida dos militares inquiridos.
- Entre os inquiridos que não procuraram o GAS, cerca de 69,1% responderam que não precisaram e 10,1% desconheciam a sua existência. Quanto ao nível de implementação do GAS da sua Unidade, cerca de 38,6% dos inquiridos considera que, numa escala de 1 a 10, se situa abaixo do 5, sendo que 23,7% considera o nível razoável (5) como o mais adequado e 37,7% situam a sua opinião acima do nível 5;
- Relativamente ao Portal SAS, cerca de 43% dos inquiridos responderam que nunca o consultaram; 13,5% consultam pontualmente e 7,2% consultam bastante; isto reflecte o distanciamento da maioria



relativamente à informação e conhecimento do SAS. Atentando no facto da amostra ser bastante jovem, é necessário encontrar novas formas de atrair e ocupar os militares mais jovens, uma vez que estes são o garante do futuro. Dever-se-á investir mais nesta área.

(3) Opinião sobre o nível de qualidade da Acção Social, como sistema global

- Cerca de 62,78% dos inquiridos consideram os elementos do GAS das Unidades qualificados com formação adequada (numa escala de 1 a 5, acima do 2); Existe uma relativa satisfação da amostra, mas não deixa de ser preocupante a percentagem de elementos que não responderam (cerca de 13%), o que nos pode indicar um certo desconhecimento e/ou desinteresse; o problema pode estar na falta de informação geral e local. Mais uma vez, justifica-se o investimento na área da divulgação.
- Cerca de 54% dos inquiridos não sentem proximidade no apoio social da FAP (numa escala de 1 a 5, abaixo do 3); este indicador sugere uma maior intervenção nesta área, designadamente ao nível das Unidades, onde os elementos do GAS devem-se dar a conhecer, informando e acompanhando quem mais necessita;
- Cerca de 92,7% dos inquiridos consideram o SAS importante (numa escala de 1 a 5, acima do 2); é por isso reconhecido pela população alvo, o interesse na acção social, o que nos indica que é preciso fazer ainda “mais e melhor” no futuro;
- Cerca de 92,3% dos inquiridos considera proveitoso a celebração de protocolos (escala de 1 a 5, acima do 2); esta é uma forma de se assegurar um leque variado de serviços a preços mais vantajosos para os militares e obviamente, também para as entidades fornecedoras dos serviços;
- Relativamente ao IASFA, 14,5% dos inquiridos não responderam e cerca de 48% dos inquiridos não sentem que lhes é dado o apoio necessário (numa escala de 1 a 5, abaixo do 3); isto traduz bem um eventual distanciamento dos militares em relação ao IASFA, que importa corrigir no futuro.



(4) Opinião sobre o modelo de acção social em vigor e perspectivas pessoais

- Relativamente à opinião dos inquiridos sobre as áreas e actividades que melhor cumprem os objectivos do SAS, foram recolhidas 119 respostas. As áreas preferidas são: *divulgação /conhecimento*, em primeiro plano (31%), seguindo-se *o bem-estar* em segundo (27%), logo seguido do *apoio social* em terceiro (23%) e em último plano vem a área de *prevenção de toxicodependências* (1,7%). Considerando existir uma ténue diferença entre o bem-estar e o apoio social (ver fig. 1), podemos inferir que estamos perante duas áreas prioritárias da acção social, praticamente com o mesmo nível de importância. No que respeita às actividades, ao analisarmos o gráfico da Figura 2, constatamos que as actividades consideradas mais importantes são: a divulgação (37 resp.), o apoio social (23 resp.), as recreativas e culturais (15 resp.), desportivas (9 resp.), turismo social (6 resp.), protocolos (5 resp.), ATL-Férias (2 resp.) e prevenção de toxicodependências (2 resp.). Estes indicadores sugerem-nos a divulgação de informações e conhecimento das actividades do SAS, como uma necessidade prioritária dos nossos militares, onde se deve centrar o desempenho futuro.
- Nos gráficos seguintes podemos observar com maior detalhe, o comportamento destes indicadores, podendo ainda recorrer a um quadro de análise ([Anexo J](#)).

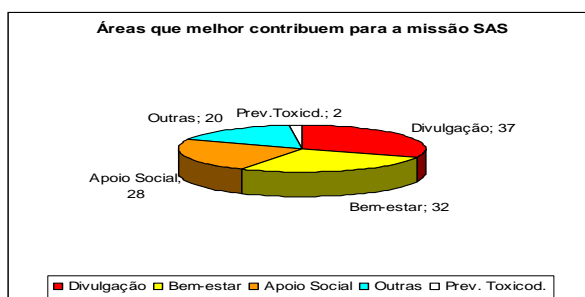


Figura 1 – Áreas de actividades mais importantes (Total 119 respostas)

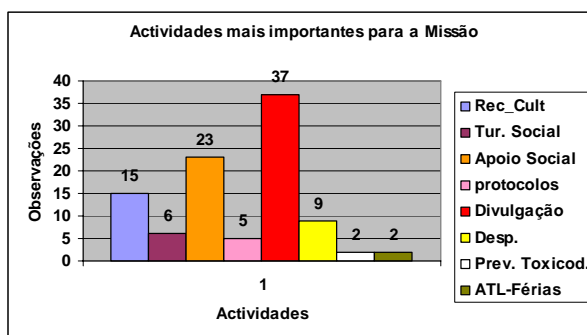


Figura 2 – Actividades mais importantes

c. Gestão de recursos

Numa época de restrições orçamentais, a questão da racionalização dos recursos assume primordial importância. Importa assim, através de uma gestão de recursos equilibrada, procurar alcançar a eficácia na missão do SAS. A partir da investigação efectuada (entrevistas, inquéritos, documentos), definimos um conjunto de critérios e indicadores relevantes, como as estruturas, os comportamentos e dados de inquéritos referentes às actividades associadas ao modelo social. No quadro abaixo indicado, está sintetizada a dinâmica da concepção de eficácia, que pretendemos aplicar na verificação da relação e interacção entre os processos individuais e o desempenho da organização, por forma a validarmos a(s) hipótese(s) em análise.

Tabela I – Análise conceptual da eficácia

Missão	Objectivos Estratégicos	Critérios e Indicadores
Satisfação dos militares da FAP e seus familiares (bem-estar e apoio social)	Familiarização com o SAS e suas actividades	- Actividades mais procuradas - Consulta do portal SAS
	Satisfação relativa à qualidade da acção social prestada	- Nível de qualificação dos elementos do SAS/GAS - Nível de proximidade ao Apoio Social na FAP
	Satisfação dos mais desfavorecidos	- <u>Determinados por princípios de justiça social</u> - Celebração de protocolos com entidades externas - Forma como a ASC é prestada pelo IASFA
	Adequação entre a organização e o modelo de acção social	- <u>Determinados a partir dos efeitos de:</u> 1. Preferências dos militares sobre as actividades que melhor cumprem os objectivos SAS 2. Racionalização dos recursos disponíveis 3. Simplificação de processos administrativos 4. Tempo sobre o desempenho da organização

(Fonte: Adaptado de Fernandes (2007): 52)



Estamos agora em condições de poder responder à terceira e última questão derivada: - *“Quais são os recursos necessários para uma acção social sustentada?”*.

Considerando os indicadores do inquérito e os critérios “estratégicos” para cumprir eficazmente a missão (racionalização dos recursos e simplificação dos processos administrativos), por forma a evitar redundâncias e disfunções, a resposta tem que estar, obviamente, nos recursos humanos e nas tecnologias de informação e comunicação. Na sequência da anterior análise de inquéritos (4.b.), onde se recolheram os “inputs” dos potenciais beneficiários-alvo da nossa missão, verificamos que cerca de 43% dos inquiridos responderam nunca ter consultado o Portal SAS, sendo que 31% das respostas de opinião elege a divulgação, como a actividade que melhor cumpre a missão do SAS. Tais indicadores incitam-nos a investir nas acções de divulgação de informação de carácter social (legislação, direitos sociais, actividades, etc.), junto do Universo FAP. Neste sentido, poderão ser adoptadas práticas de informação disponíveis, recorrendo às novas tecnologias, como é o caso da Internet, Intranet e newsletter²³ via groupwise (correio electrónico), para além da dinamização das palestras ou realização de workshops nas Unidades e Órgãos.

Numa perspectiva global, são várias entidades a trabalhar para um fim comum e todas elas dispõem de pessoal qualificado, desde assistentes sociais até elementos com vastos conhecimentos e experiências diversificadas na área. Só a interacção entre os diversos actores dos diversos órgãos de acção social das FFAA dará coerência e eficácia ao sistema, permitindo encontrar o necessário equilíbrio para um desenvolvimento sustentado.

Resumindo, importa *optimizar os recursos humanos e tecnológicos dentro da organização militar*, como sistema global, garantindo assim a sustentação da acção social esperada por todos os beneficiários militares e familiares.

²³ Newsletter é um meio de divulgação de informação, focalizado nos benefícios proporcionados aos destinatários interessados, procurando criar relações duradouras, assentes nos valores da confiança e da lealdade



d. Avaliação das hipóteses

O trabalho de campo, que assentou essencialmente em entrevistas e na análise de inquéritos, foi fundamental para a caracterização do modelo e das hipóteses em apreço. Considerando os requisitos implícitos na formulação da *pergunta de partida*, à qual se pretende dar uma resposta no final da investigação, formularam-se duas hipóteses:

- **H1:** *A missão definida para o SAS, integrando novas actividades sociais, garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social aos militares da FAP e seus familiares, obtendo uma maior eficácia na gestão dos recursos;*
- **H2:** *A missão definida para o SAS, integrando novas iniciativas sociais e centralizando no IASFA algumas competências e actividades que assegurem a racionalização da estrutura, garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social aos beneficiários da FAP, contribuindo para uma maior eficácia na gestão dos recursos.*

(1) As hipóteses colocadas estão agora em condições de ser avaliadas. Assim, no que diz respeito à primeira hipótese (H1), verificamos que:

- Esta solução significaria a manutenção do actual modelo de acção social, embora seja de considerar a introdução benéfica de algumas actividades sociais sugeridas na investigação, como é o caso da divulgação, apoio social e recreativas/culturais, que poderiam ser implementadas localmente pelos GAS das Unidades, em coordenação com o SAS. Com a colaboração dos clubes (Oficiais, Sargentos e Praças), poderiam ser organizados nas Unidades, eventos de natureza associativa para a família militar, sem um grande dispêndio de verba;
- Embora admitindo a relativa satisfação da amostra alvo com o nível de qualificação dos elementos do GAS das Unidades, conforme revela o respectivo indicador do inquérito (62,8%), não há, porém, igual correspondência na proximidade em relação ao apoio social na FAP, cujo indicador mostra que 54% dos inquiridos (numa escala de 1 a 5, abaixo do 3) não a sentem. Isto leva-nos a inferir que os elementos do GAS nas Unidades, em coordenação com o SAS, “têm condições” para encurtar esta distância relativamente aos beneficiários, incrementando a



divulgação geral, aumentando as palestras, dando-se a conhecer e acompanhando quem mais necessite.

- Resulta dos anteriores indicadores, uma possível validação desta hipótese. Contudo, não se verifica nesta solução, uma racionalização dos recursos disponíveis, conforme determina a análise de eficácia previamente definida (Tabela 1). Consequentemente, o objectivo estratégico da adequação entre a organização e o modelo de acção social, não é totalmente atingido, o que, face aos critérios determinados e indicadores apresentados, permite verificar não haver uma maior eficácia na gestão dos recursos.
- Esta solução não permite fazer mudanças na forma como a missão é cumprida no seio de uma organização, também ela, em mudança. Nesta perspectiva, constata-se que o requisito da sustentação, decorrente da questão central da investigação, não é respeitado, razão pela qual, acaba por ser decisivo na rejeição desta hipótese. Pelas razões atrás explicitadas, esta hipótese não é viável.

(2) No que concerne *à segunda hipótese (H2)*, verificamos que:

- Mantêm-se válidas as actividades sociais das diversas áreas de intervenção existentes, havendo naturalmente espaço, para a introdução de novas iniciativas (como já foi referido na análise de H1);
- Sendo a Acção Social Complementar prestada pelo IASFA a todos os seus beneficiários, procurou-se, através de um indicador do inquirido, saber de que forma é dado esse apoio na FAP. Dos elementos inquiridos, cerca de 48% não sentem que lhes é dado o apoio necessário (numa escala de 1 a 5, abaixo do 3); isto pode traduzir um eventual distanciamento dos militares em relação a este Instituto, que importa corrigir no futuro.
- A centralização no IASFA dos protocolos com entidades públicas ou privadas, passando este Instituto a ser a única entidade responsável pela sua celebração nas FFAA, evita a proliferação de protocolos dentro dos ramos, unidades, órgãos e serviços, acabando com redundâncias existentes. Conseguimos desta forma satisfazer as preferências dos militares, nomeadamente dos mais carenciados e simultaneamente,



cumprir com os critérios de racionalização dos recursos disponíveis e de simplificação dos processos administrativos, determinados para a eficácia na gestão dos recursos (Tabela 1);

- Cumulativamente, concentra no IASFA a realização de actividades recreativas da área do turismo social, especialmente quando se trata de equipamentos de utilização comum dos ramos, como é o caso da Messe Militar de Lagos durante o período de Veraneio, que permite aos militares usufruírem de férias a custos sociais. Poderia neste caso, o IASFA, em coordenação com os órgãos de acção social dos ramos, proceder à aplicação de regras únicas, “transparentes” e de critérios convergentes a todos os militares, eliminando assim diferenças de tratamento no processamento das inscrições, evitando mais uma vez, redundâncias e lacunas verificadas nos ramos das FFAA e promovendo de forma justa e “sustentada”, o convívio da família militar.

De acordo com os resultados analisados, os pressupostos em que assenta esta hipótese (**H2**) são integralmente comprovados, resultando daí inequívoca a sua validação. A avaliação destas hipóteses, permite agora responder à pergunta central – *“Que missão para o SAS garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social esperados pelos militares da FAP e respectivas famílias?”*.

Com efeito, através da centralização no IASFA dos protocolos e do turismo social, estamos a cumprir com os critérios de racionalização e de simplificação de processos administrativos, ao nível institucional, especialmente quando se trata de equipamentos de utilização comum dos ramos. O IASFA pode constituir uma “mais-valia” decisiva para garantir a acção social a todo o universo FAP, de forma sustentada, à semelhança do que já acontece actualmente, com a gestão da ADM.

Em conformidade, atingimos o objectivo da adequação entre a organização e o modelo de acção social actual, contribuindo “estrategicamente” para uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, garantindo assim, a sustentação da acção social à família militar, numa perspectiva de médio e longo prazo.

Em resumo, esta solução cumpre todos os objectivos, critérios e indicadores determinados. Neste sentido, a última hipótese (**H2**) responde integralmente à pergunta de partida e é, pelos dados apresentados, a solução mais equilibrada, sensata e exequível.



Conclusões

Com o objectivo de enquadrar o tema “A missão do Serviço de Acção Social – que futuro?” e desenvolver o estudo, foi definida a seguinte pergunta de partida, que orientou toda a investigação, **“Que missão para o SAS garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social esperados pelos militares da FAP e respectivas famílias?”**.

A partir da formulação da questão central, da qual derivaram novas questões e da definição de hipóteses, que se avaliaram ao longo do trabalho, delineou-se a orientação de estudo, que seguiu o percurso metodológico descrito (pesquisa bibliográfica, entrevistas com diversas individualidades e inquérito por questionário) e nos permitiu chegar às presentes conclusões.

Portugal é um Estado vinculado constitucionalmente à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos, em especial dos mais desfavorecidos, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A CRP lançou assim, as bases para um projecto em que Portugal está envolvido e que constitui uma oportunidade para a renovação das instituições e da nossa cultura democrática.

No primeiro capítulo, efectuou-se o enquadramento legislativo da acção social no âmbito nacional, de forma a possibilitar uma análise contextualizada do funcionamento do modelo existente, com destaque para os órgãos de apoio social da Família Militar. Na dependência do MDN, existe o IASFA, que actua no âmbito das Forças Armadas. Neste contexto, investigou-se a reestruturação e a mudança recentemente verificadas no IASFA, incluindo a forma como vem cumprindo a sua missão, no que respeita à acção social complementar. Neste capítulo, surge naturalmente a primeira questão derivada da investigação: **“De que forma é prestada a ASC do IASFA aos seus beneficiários no activo?”**

É neste âmbito que o IASFA presta aos seus beneficiários o apoio à infância, aos jovens estudantes, à terceira idade, os serviços de assistência médica, o apoio domiciliário, os subsídios, as participações e empréstimos, os centros de férias, de repouso e a habitação social. Na resposta ao inquérito efectuado aos militares no activo, verificou-se que 48% dos inquiridos não sentem que lhes é dado o apoio necessário, o que, em termos relativos, pode traduzir um eventual distanciamento dos beneficiários em relação ao IASFA.

No segundo capítulo, analisámos os serviços congéneres dos outros ramos das FFAA, através de uma avaliação contextualizada do funcionamento da Acção Social. Pretendemos deste modo evitar redundâncias e disfunções, concentrar actividades,



designadamente, nos domínios da gestão de recursos e assegurar que a estrutura tenha uma dimensão equilibrada face à sua missão e efectivo. A Marinha e o Exército foram, naturalmente, termos de comparação privilegiados para o efeito.

No terceiro capítulo, explorámos única e exclusivamente o SAS, procurando agora responder à segunda questão derivada da investigação: ***“Quais são as áreas e actividades de acção social mais procuradas pelos militares e seus familiares?”***. Nesta perspectiva e por tudo o que nos foi dado a observar, sobretudo pela entrevista ao Chefe do SAS, verificámos que este serviço está organizado em duas áreas prioritárias de intervenção: o Apoio Social e o Bem-estar. De acordo com o Plano de Acção Anual para 2008, o SAS conta ainda com outras três áreas de intervenção: Acções de Coordenação, Prevenção das Toxicodependências e a Divulgação.

No quarto capítulo, procurámos identificar *“os factores que possam contribuir para a melhoria do bem-estar e apoio social aos militares da FAP no activo e respectivas famílias, definindo um modelo de acção social para o futuro”*. Este é, na realidade, o objectivo da investigação que metodologicamente, vai “trilhando” a resposta à questão central. Recuperando nesta fase, a segunda questão derivada, vamos encontrar a resposta no tratamento de entrevistas e na análise dos resultados do inquérito. De facto, só conhecendo as pessoas se poderá definir melhor as estratégias de actuação, procurando perceber, com base nos indicadores recolhidos, quais são as actividades mais procuradas pelos militares no activo e que melhor realizem os seus objectivos pessoais e profissionais.

Podemos então concluir que entre os elementos inquiridos, as actividades mais procuradas são: o apoio social (45%), as actividades recreativas e culturais (26%) e o turismo social (22,5%). Constata-se assim, que estas duas últimas actividades da área do bem-estar representam cerca de 49% das respostas positivas. Priorizando as respostas, confirma-se a actual orientação seguida pelo SAS, onde as áreas mais procuradas são precisamente, *o Bem-estar e o Apoio Social*, respectivamente.

Surge neste momento, de forma natural, a terceira pergunta derivada: ***“Quais são os recursos necessários para uma acção social sustentada?”***.

Prosseguindo na identificação dos factores, vamos novamente aos indicadores dos inquéritos, procurar a resposta à questão. Assim, no que diz respeito ao nível de familiarização dos militares com a missão do SAS, podemos verificar que apenas 27,5% dos elementos inquiridos não conhecem a missão do SAS, enquanto cerca de 48,8% desconhecem o GAS da sua Unidade. Quanto ao Portal SAS, cerca de 43% dos inquiridos responderam que nunca o consultaram. Relativamente à opinião dos inquiridos sobre as



actividades que melhor cumprem os objectivos do SAS, os inquiridos consideram particularmente importante a área da divulgação /conhecimento, que vem no primeiro plano das suas preocupações, seguida do bem-estar em segundo e do apoio social em terceiro plano. Estes indicadores, levam-nos a concluir que a divulgação das actividades do SAS na organização FAP necessita de ser incrementada, utilizando racionalmente, os nossos recursos humanos e as novas tecnologias de informação, para esta área.

No domínio da gestão de recursos e na sequência das entrevistas a responsáveis dos serviços congéneres dos ramos das FFAA, referidas no segundo capítulo, identificaram-se recursos que podem e devem ser geridos, de forma racional, em áreas que em tudo são similares e convergentes. Estamos a falar de recursos humanos, tecnológicos, financeiros e infraestruturais afectos a actividades sociais, que são actualmente utilizados, de forma “redundante”, pelos ramos e que devem naturalmente ser *optimizados*, através da centralização de algumas actividades num único órgão – o IASFA. Este Instituto, que desenvolve acções de promoção do bem-estar social junto dos seus beneficiários e promove a celebração de protocolos com entidades públicas e privadas, poderá, de forma vantajosa, gerir os protocolos sociais e o turismo social de utilização comum nas FFAA.

Neste capítulo, apresentaram-se também os principais factores que contribuíram, decisivamente, para a rejeição da primeira hipótese (H1) e validação da segunda hipótese (H2) do nosso estudo: *“A missão definida para o SAS, integrando novas iniciativas sociais e centralizando no IASFA algumas competências e actividades que assegurem a racionalização da estrutura, garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social aos beneficiários da FAP, contribuindo para uma maior eficácia na gestão dos recursos “.*

Neste sentido, procurando-se validar a informação apresentada, através de inquéritos, entrevistas e relatórios de actividades, verificámos que, esta solução, é a que melhor contribui para uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, garantindo simultaneamente a sustentação da acção social a todos os beneficiários, numa perspectiva de médio e longo prazo. Resumindo, ficou demonstrado que esta hipótese cumpre todos os objectivos, critérios e indicadores estabelecidos, sendo naturalmente, a solução mais equilibrada, sensata e exequível.

Por tal facto, é também ela, a que melhor responde à pergunta central: – *“Que missão para o SAS garante, de forma sustentada, o bem-estar e o apoio social esperados pelos militares da FAP e respectivas famílias?”.*



Contributos do trabalho para o conhecimento

Com a oportunidade de realização deste estudo, julgamos ter contribuído para aumentar o conhecimento sobre o enquadramento e funcionamento do sistema de acção social, que a todos interessa e, por outro lado, ter fornecido pistas importantes para que as Forças Armadas, e em particular a FAP, possam garantir uma acção social eficaz, aos seus militares e familiares.

Estamos convictos de que a solução apresentada, facilitará modalidades de gestão mais eficazes e fontes de auto-financiamento melhor dimensionadas para uma visão e uma orientação estratégicas da acção social a médio e longo prazo.

Recomendações

Decorrente do trabalho de investigação desenvolvido e na perspectiva de podermos garantir aos beneficiários da FAP, uma acção social mais eficaz no futuro, importa apontar as seguintes recomendações:

a. Estado-Maior

- (1) Centralizar no IASFA, os protocolos com entidades públicas ou privadas, passando este Instituto, a ser a única entidade responsável pela celebração dos mesmos nas FFAA. Esta medida tem a oportunidade de acabar, racionalmente, com algumas redundâncias existentes, permitindo ainda melhorar o funcionamento interno dos serviços e aumentar a eficácia da organização;

- (2) No mesmo sentido, concentrar no IASFA a gestão de actividades do turismo social, especialmente quando se trata de equipamentos de utilização comum dos ramos, como é o caso da Messe Militar de Lagos, durante o período de Veraneio, que permitam aos beneficiários usufruírem de férias a custos sociais. Sugerimos, que o IASFA, em coordenação com os órgãos de acção social dos ramos, proceda à aplicação de regras “transparentes” e de critérios convergentes. Deste modo, evitar-se-iam redundâncias e lacunas verificadas nos ramos, garantindo-se a promoção, de forma justa e “sustentada”, do convívio da família militar;



b. CPESFA/SAS

- (1) Numa época de escassos recursos, o SAS deverá explorar outras actividades sociais mais perto da família militar. Sugere-se a realização de novos eventos de natureza recreativa e cultural, envolvendo os sócios dos diversos clubes (oficiais, sargentos, praças) existentes nas Unidades FAP. Localmente, com a colaboração dos GAS podiam-se organizar eventos, designadamente, festas, convívios, tertúlias, torneios e confraternizações, contribuindo assim, para o bem-estar entre os militares e respectivas famílias;

- (2) O SAS deverá incrementar acções de divulgação de informação de carácter social (legislação interna e externa) e de actividades disponíveis junto do universo FAP, dinamizando o Portal SAS. Cumulativamente, deverão ser utilizados outros recursos tecnológicos, como é o caso de “newsletter” via groupwise (correio electrónico), ou ainda recorrer a técnicas de comunicação adequadas, do tipo “workshops”, que permitam aumentar o conhecimento e reforcem as “já nossas conhecidas” palestras, através dos GAS nas Unidades.

Estas propostas poderão, num futuro mais ou menos distante, dependendo do sucesso da sua implementação, constituir a charneira entre a sustentação da acção social das FFAA, e em particular do SAS e as orientações estratégicas do Estado para o desenvolvimento sustentável.



BIBLIOGRAFIA

Livros

- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) – Manual de Investigação em Ciências Sociais. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1.
- SANTOS, Luís, MARTINS, Isabel, (2002) A Qualidade de Vida Humana. Porto.

Artigos de Publicação em série

- FERREIRA, Aida (2005) – A acção do serviço social em contexto de globalização: limites e (ou) desafios. Campus Revista Lusófona de Ciências Sociais. Nº2, p. 19-25.

Manuais e Regulamentos

- DFA 112-5. (1985) – Acção social na Força Aérea. Alfragide: EMFA.
- RFA 303-6. (1997) – Organização e normas de funcionamento do Comando de Pessoal da Força Aérea. Alfragide: EMFA.

Legislação

- CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP) – VII Revisão (2005), p.23.
- DECRETO-LEI nº194/91. D.R. I Série. Nº120 (25 Dez. 1991), p.2875-2882.
- DECRETO-LEI nº51/93. D.R. I Série. Nº48 (26 Fev. 1993), p.827-832.
- DECRETO-LEI nº284/95. D.R. I Série. Nº251 (30 Out. 1995), p.6746-6752.
- DECRETO-LEI nº61/06 D.R. I Série. Nº57 (21 Mar. 2006), p.2044-2050.
- DECRETO REGULAMENTAR nº22/94. D.R. I Série. (01 Set. 1994), p.5065--5071.
- DECRETO REGULAMENTAR nº51/94. D.R. I Série. Nº204 (03 Set1994), p.5197.
- LEI nº 66-B/07. D.R. I Série. N.º 250 (28 Dez 2007), p. 9114- (2) – 9114-(21).
- PORTARIA nº 762/96 D.R I Série-B. Nº299 (27 Dez. 1996), p.4681-4683.

Publicações em Série

- Plano de Acção Anual para 2008 (2007) Lisboa: Serviço de Acção Social – FAP.
- Relatório de Actividades, 2006 (2007) Lisboa: IASFA.

Internet

- BARRENTO, Martins Gen. Instituição Militar: Alguns problemas actuais. Lisboa, 20 de Março de 2008 Revista Militar [referência de 04 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=249>>



- BILHIM, João. Ciência da Administração: Conceitos Básicos. Lisboa: Universidade Aberta, 2000, ISCSP [referência de 05 de Abril de 2008]. p. 1-44. Disponível na Internet em: <<http://ae.iscsp.utl.pt/Arquivo/Apontamentos/3%BA%20ano/Gest%E3o%20e%20Administra%E7%E3o%20P%FAblica/Ci%Eancia%20da%20administra%E7%E3o%20-%201%BA%20Semestre.doc>>
- FERNANDES, António. O paradigma político de eficácia organizacional [em linha]. Junho de 2007, TOC no. 87 [referência de 02 de Abril de 2008]. p. 50-52. Disponível na Internet em: <http://www.ctoc.pt/downloads/files/1182161921_50a52_gestao.pdf>
- Nota Positiva. Dicionários de Gestão – Missão da Organização [em linha]. Março de 2007 [referência de 02 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.notapositiva.com/dicionario_gestao/missao_organizacao.htm>
- PINTO, Valença Gen. Alocução de S. Ex^a, o Gen. CEMGFA em 17FEV2007, Beja [referência de 02 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.comandosdeportugal.net/jornal>>
- <<http://www.mtss.gov.pt/left.asp?01.07.02.02>>
- <<http://www.planotecnologico.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/perguntas-frequentes/lista.aspx>>

Entrevistas e Conferências

- Tópico da Conferência: Stresse e Operações de Apoio à Paz. Pelo TCOR/PSI António SURRADOR. No IESM, Pedrouços, 23 de Janeiro de 2008.
- Tópico da Entrevista: A Acção Social na Marinha. Com o CMG Lucrecio CHAMBEL. Chefe da Direcção de Apoio Social da Armada, Lisboa, 11 de Janeiro de 2008.
- Tópico da Entrevista: A Acção Social Complementar no IASFA. Com o COR/TPAA José CANTO – Chefe da Div. de Assuntos Sociais do IASFA, Lisboa, 14 Janeiro 2008.
- Tópico da Entrevista: A Acção Social na FAP. Com o TCOR Henrique FAUSTINO – Chefe do Serviço de Acção Social da FAP, Lisboa, 18 de Janeiro de 2008.
- Tópico da Entrevista: A Acção Social no Exército. Com o TCOR/INF MELIM – Chefe da Repartição de Apoio Social do Exército, Lisboa, 22 de Fevereiro 2008.

Trabalhos Académicos

- BARATA, CAP Mário (2002) – A Acção Social na Força Aérea Portuguesa. Sintra: IAIEFA. Trabalho individual de pesquisa.



ANEXO A

Corpo de conceitos



ANEXO A

CORPO DE CONCEITOS

- **Qualidade de vida** – *“O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente (...) Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; Hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem-estar tornaram-se centrais.”* (SANTOS & MARTINS, 2002: 2)

- **Família Militar** – *“(...) sempre foi e continuará a ser importante o papel da Família Militar, enquanto conceito solidário que mutuamente proporciona confiança, estímulo, segurança e estabilidade psicológica ao militar que corre riscos em operações e, na retaguarda, à sua família. Tendo como exigência a condição militar, compete ao Estado ser também o garante deste conceito. (...) o conceito de Família Militar encontra entre nós acolhimento pleno na Lei da Assembleia da República que define o Estatuto da Condição Militar”* (PINTO, 2007: 1)

- **Organização** – *“(...) é uma entidade social, conscientemente coordenada, gozando de fronteiras delimitadas que funcionam numa base relativamente contínua, tendo em vista a realização de objectivos comuns”. Como se deve estruturar uma organização para ser eficaz? “Na estrutura organizacional (...) a centralização aponta o lugar onde está localizado o poder de decisão”.* (BILHIM, 2000: 1-2)

- **Organização Militar** – *“Instituição que existe para a segurança e defesa, e que pratica a cooperação e a solidariedade internacionais no âmbito da nossa política externa. (...) Há sectores de preocupação do Estado e de satisfação dos cidadãos, com a saúde, (...) e o apoio social, os quais não é possível dotar com as verbas desejáveis, devido às limitações financeiras do próprio Estado”.* (BARRENTO, 2008: 1)



ANEXO B

Actividades e dados estatísticos do IASFA

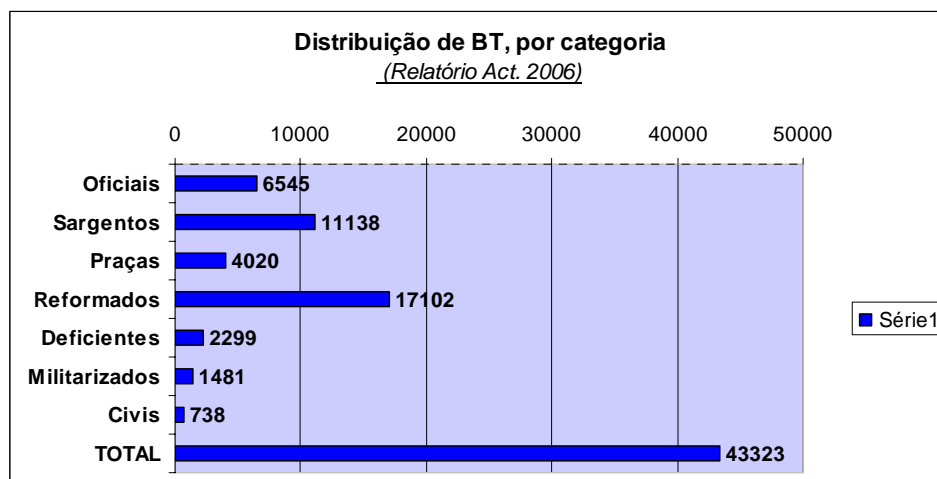


ANEXO B

ACTIVIDADES E DADOS ESTATÍSTICOS DO IASFA²⁴

BENEFICIÁRIOS

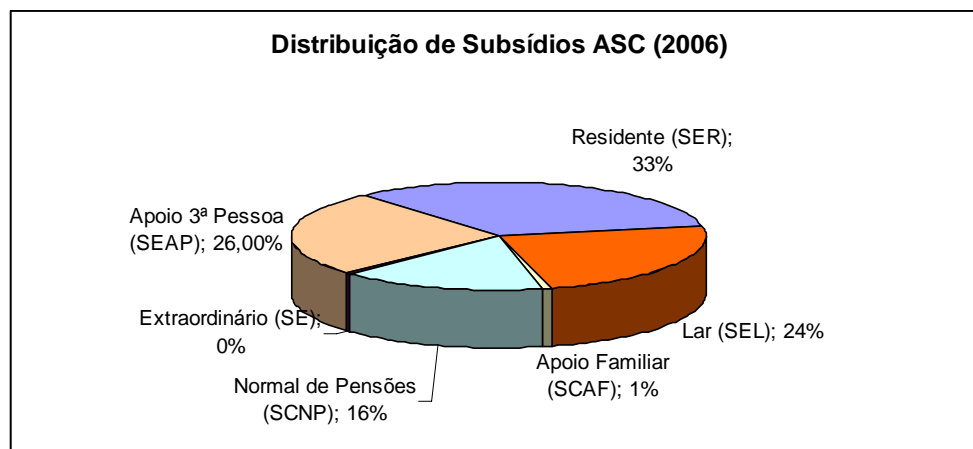
Os seus beneficiários integram-se em duas categorias: Beneficiários Titulares (BT) e Beneficiários Familiares (BF).



ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS

Os subsídios concedidos aos beneficiários podem ser complementares, especiais e extraordinários. Foram garantidas pelo IASFA as seguintes prestações sociais:

- Subsídio Complementar Normal de Pensões (SCNP);
- Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF);
- Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (SEAP);
- Subsídio Especial de Lar (SEL);
- Subsídio Especial de Residente (SER);



²⁴ Tratamento dos dados do Relatório 2006 do IASFA para esta análise específica (Os dados do Relatório de 2007 ainda não estão disponíveis)

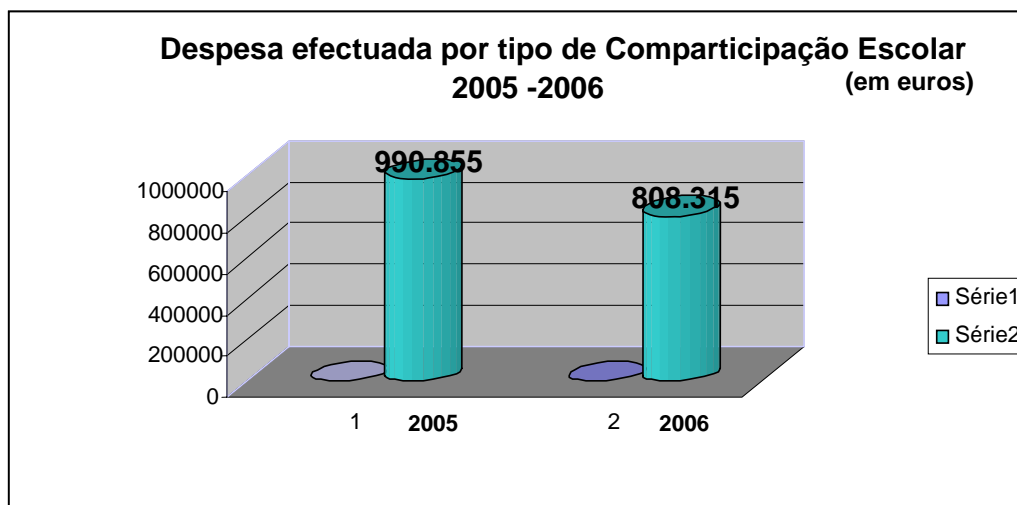


ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES

A Comparticipação Escolar é concedida a descendentes ou equiparados dos beneficiários titulares, que frequentem qualquer grau de ensino em estabelecimentos e cursos devidamente legalizados.

- Comparticipação Escolar Normalizada (CE);
- Comparticipação Escolar para o Apoio na Deficiência (CEAD);

O total de despesa em comparticipações escolares atingiu em 2006 os 808.315 euros, representando um decréscimo de 18,4%, face ao valor registado em 2005.



PROTOCOLOS 2007

A DIVAS tem como competência, entre outras, a promoção e celebração de acordos e contratos com entidades públicas ou privadas que possam garantir aos Beneficiários o Apoio Social Complementar do IASFA.

No ano de 2007, foram celebrados protocolos, com as seguintes entidades:

O Instituto Superior de Administração e Gestão, Universidade Internacional, Universidade Moderna, Instituto Superior de Línguas e Administração, Universidade Lusíada, Hyundai, FIAT – Lancia Ocidentalcar S.A., Casa de Repouso “Solar da Verdizela”, Alm – Serviços de Oftalmologia médica e cirúrgica S.A., CLINICAL, Policlínica Dr. António Leitão, Hotel 3 Pastorinhos SA.



ANEXO C

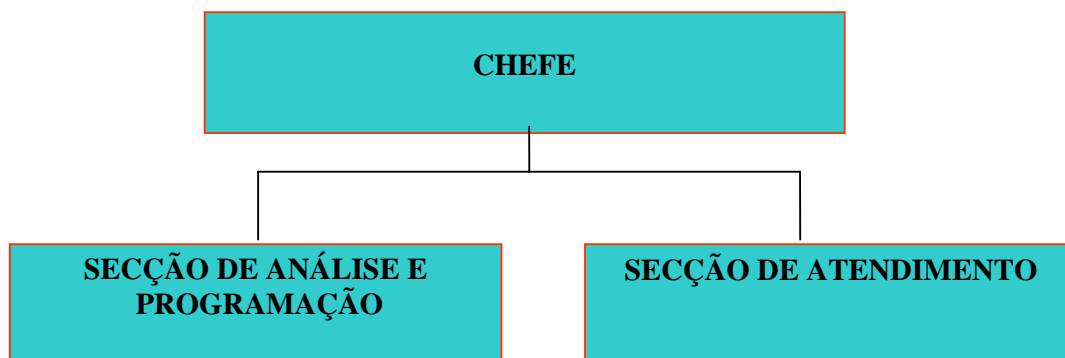
Organograma e quadro orgânico do SAS



ANEXO C

ORGANOGRAMA E QUADRO ORGÂNICO DO SAS

ORGANIGRAMA DO SAS



A fim de permitir a fácil comparação com a situação real é a mesma apresentada ao lado da estabelecida pelo RFA 303-6 (coluna “RFA”)

PESSOAL MILITAR				
Postos	Efectivo		Qualificações	
	RFA	Real	RFA	Reais
Tenente-coronel	1	1	Experiência de Estado-Maior e Comando de Esquadra de Pessoal	Experiência de Estado-Maior e Comando de Esquadra de Pessoal
Major	2	0	Licenciatura em Direito (um); COPATD	
Capitão ou Subalerno	2	2 (RC)	Licenciatura em Psicologia (um), Licenciatura em Direito (outro) e COPATD	Licenciatura em Serviço Social e Política Social
1º ou 2º Sargento	1	0	COPATD	
Cabo	1	1	Curso de serviço de apoio e secretariado	Curso de serviço de apoio e secretariado
Total de Militares	7	4		
PESSOAL CIVIL				
Categorias	Efectivo		Qualificações	
	RFA	Real	RFA	Reais
Técnico Superior	2	2	Licenciatura em Serviço Social e COPATD	Licenciatura em Serviço Social e Política Social
Total de Civis	2	2		

(Fonte: Elaborado pelo autor)



ANEXO D

Portal do SAS na Intranet - FAP



ANEXO D

PORTAL DO SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL NA INTRANET-FAP

Divulgação

Informação de carácter social, abrangendo um leque variado de eventos, iniciativas, utilidades e outras novidades de todas as áreas de actividades sociais do SAS



ANEXO E

Pontos comuns e divergências nos ramos das FFAA

**ANEXO E****PONTOS COMUNS E DIVERGÊNCIAS NOS RAMOS DAS FFAA**

	Pontos comuns
Ramos das Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura organizacional de modelo funcional- Celebração de protocolos com diversas entidades privadas- Apoio às famílias dos militares em missão no exterior- Apoio às famílias dos militares falecidos- Fontes de financiamento de actividades têm origem, exclusivamente, no orçamento do ramo, de acordo com os respectivos Planos Anuais de Actividades.
	Divergências
Marinha	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura organizacional da DAS com modelo funcional, mais aproximado ao tipo de departamentalização com assessorias;- A DAS possui autonomia de gestão alargada, com serviços administrativo e financeiro próprios;- Transporte de mobílias, apoio jurídico com carácter consultivo, controlo de créditos, para aquisição na OGFE e processamento de subsídios de educação especial, destinados a filhos de beneficiários, portadores de deficiência;- Quadro orgânico da DAS integra um jurista e um Cabo condutor Auto com larga experiência no transporte a que é chamada a efectuar.
Exército	<ul style="list-style-type: none">- Acumulação de funções de natureza diferente na RAS (disfunção) no processamento de abonos, em numerário, aos militares;
FAP	<ul style="list-style-type: none">- O SAS apresenta uma estrutura com uma menor amplitude de controlo ao nível da chefia de topo, embora ao nível operacional, o modelo siga uma coordenação descentralizada no terreno, através dos GAS;- Actividades de lazer (turismo social) na área do bem-estar, nomeadamente o Intercâmbio com o Ejército del Aire de Espanha e a utilização da Messe Militar de Lagos;- Actividades de tempos livres e campos de férias, para conciliar o trabalho dos pais com o cuidar dos filhos em tempo de férias e interrupções lectivas;- O SAS apoia a realização de palestras nas Unidades, através dos respectivos NAC, com o objectivo de dissuasão ao consumo de álcool e drogas na FAP, no cumprimento do PPCDAFA.

(Fonte: Elaborado pelo autor)



ANEXO F

Modelo de Inquérito



ANEXO F

MODELO DE INQUÉRITO

PARTE 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

MISSÃO DO SAS

**“Promover o bem-estar e assegurar o apoio social
ao pessoal da Força Aérea”**

(DR N.º 51/94 de 03SET)

COMPETÊNCIAS DO SAS

- **Programar a acção social na Força Aérea, promover e acompanhar a execução dos programas**
- **Propor as medidas tendentes a dar solução a situações e condições sociais e psicológicas com efeitos negativos na missão**
- **Elaborar estudos sobre o bem-estar e a ocupação dos tempos livres**
- **Coordenar a assistência aos familiares dos militares e civis da Força Aérea falecidos**
- **Estabelecer contactos com as unidades e órgãos da Força Aérea, tendo em vista o desenvolvimento de acções de natureza social e o apoio técnico dos *Gabinetes de Acção Social (GAS)***
- **Apoiar o pessoal da Força Aérea na resolução de casos e processamento dos direitos sociais a que tenha acesso**
- **Propor a frequência de cursos e a inscrição em congressos e reuniões de estudo e debate nos domínios da assistência social**
- **Promover a formação do pessoal do SAS e dos GAS no âmbito das técnicas de acção social**
- **Estudar e divulgar a legislação social com interesse para o pessoal militar e civil**
- **Dar pareceres, elaborar relatórios e apresentar propostas e recomendações**
- **Colaborar em actividades culturais, desportivas e outras de ocupação dos tempos livres**
- **Participar nas inspecções do pessoal**

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO SAS

- ❖ **APOIO SOCIAL**
 - ❖ **ACTIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS**
 - ❖ **TURISMO SOCIAL**
 - ❖ **DIVULGAÇÃO**
 - ❖ **PREVENÇÃO E COMBATE À DROGA E ALCOOLISMO NA FORÇA AÉREA**
-



PARTE 2 – QUESTIONÁRIO

a. **Conhece a missão e as competências do SAS?**

- Não Sim

a. **Conhece o GAS da sua Unidade, incluindo as pessoas que nele exercem a sua actividade?**

- Não Sim

b. **No caso de ter respondido “sim” a “*pelo menos*” uma das questões anteriores, já alguma vez procurou/beneficiou de alguma(s) actividade(s) nas áreas de intervenção do SAS, quer seja directamente neste Serviço ou por intermédio do GAS da sua Unidade?**

- Não Sim

c. **Caso tenha respondido “sim” na questão anterior, indique qual/quais foram a(s) actividade(s)?**

d. **No caso de “não” ter procurado/beneficiado de qualquer actividade social do SAS e/ou GAS, indique qual/quais foram o(s) motivo(s)?**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não precisei | <input type="checkbox"/> Fica mal localizado |
| <input type="checkbox"/> Estava fechado | <input type="checkbox"/> Outro. Porquê? _____ |
| <input type="checkbox"/> Desconhecia que existia | _____ |

e. **Numa escala graduada de 1 (valor Mínimo) até 10 (valor Máximo) em que nível considera o grau de implementação do GAS da sua Unidade, tendo em conta as competências descritas na Parte 1?**

- Não Implementada Totalmente Implementada
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

f. **Qual o seu nível de familiarização com o Portal do SAS na Intranet FAP?**

- Nunca o consultei
 Consulto o Portal algumas vezes para ver o seu conteúdo
 Consulto o Portal pontualmente para me informar quanto à(s) actividade(s) específica(s) que procuro
 Consulto o Portal com frequência



g. Sendo possível organizar outras actividades, da lista que se segue, indique aquela(s) em que estiver interessado(a) em receber mais informação.

- Recreativas e Culturais
- Turismo Social
- Prevenção e Combate às Toxicodependências
- Acção Social Complementar (IASFA)
- Outra. Qual/Porquê? _____
- Apoio Social
- Desportiva. Qual? _____

h. O SAS foi criado com o objectivo de promover o bem-estar e assegurar o apoio social ao pessoal da Força Aérea. Na sua opinião, que actividades poderiam ser desenvolvidas para o melhor cumprimento desses objectivos?



- i. Nos itens abaixo identificados, assinale o número na escala indicada, que mais se adequa à sua opinião sobre a qualidade.

Descrição/Identificação do Item do Inquérito	Pouco(a)	Escala				Muito(a)
		Boa				
1. Sente proximidade no Apoio Social da FAP?	1	2	3	4	5	
2. Acha conveniente que sejam feitos investimentos nesta área?	1	2	3	4	5	
3. Pensa que este serviço deva ser considerado importante?	1	2	3	4	5	
4. Considera proveitoso para o bem-estar dos militares e seus familiares, a celebração de protocolos com Universidades, empresas de cultura, Bancos, Seguradoras, etc?	1	2	3	4	5	
5. No apoio à infância, considera adequada a resposta dada actualmente pelas instalações das Unidades FAP, ao seu alcance?	1	2	3	4	5	
6. Os elementos que integram os GAS estão qualificados com formação específica e adequada na área do serviço social?	1	2	3	4	5	
7. Julga que outras instituições exteriores à Força Aérea possam desempenhar este apoio com mais qualidade?	1	2	3	4	5	
8. Sabe da existência e como funciona a linha verde de Apoio às Famílias dos Militares em Serviço no Exterior, criada no EMGFA em DEZ2002 e cuja ligação com a FAP é assegurada pelo SAS?	1	2	3	4	5	
9. Se é beneficiário do IASFA, como lhe é dado o apoio na área da Acção Social Complementar (subsídios, participações, actividades culturais e recreativas, equipamentos sociais, etc)?	1	2	3	4	5	
10. Espera ser apoiado brevemente?	1	2	3	4	5	

PARTE 3 – DADOS PESSOAIS

a. Qual a sua idade?

- 21-25 26-30 31-35 36-40
 41-45 46-50 51-55 56-60

b. Qual o seu sexo?

- Masculino Feminino

c. Qual o seu estado civil?

- Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a) Separado(a)
 Divorciado(a) União de facto

d. Qual a sua situação de serviço?

- Quadro Permanente Regime de Contrato

IDENTIFICAÇÃO (*facultativo*)

Posto/Esp: _____

Nome: _____



ANEXO G

Plano mensal de despistagem toxicológica de Janeiro 2008 da
DIVINFO



ANEXO G
PLANO DE DESPISTAGEM TOXICOLÓGICA E DE ALCOOLISMO PARA O MÊS
DE JANEIRO 2008²⁵

UNIDADES	Nº DE RASTREIOS A EFECTUAR NO PERÍODO
AFA	26 *
AM1	4
AT1	7
BA1	12
BA11	28
BA4	34
BA5	28
BA6	35
BALUM	7
CFMTFA	100 *
COFA	11
CTA	3
COAA	2
DGMFA/GEAFA/MUSAR	8
ER1	2
ER2	1
GAEMFA	25

OBS:

1. Todas as amostras serão submetidas a controlo de Canabinóides, Opiáceos, Cocaína e Anfetaminas.
2. Pessoal a rastrear – Alunos *

²⁵ A amostra utilizada no inquérito por questionário foi definida a partir deste plano de rastreio, tendo participado 207 elementos.



ANEXO H

Indicadores para análise de resultados



ANEXO H

INDICADORES PARA ANÁLISE DE RESULTADOS

Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, representativo de uma população (universo FAP), uma série de questões relativas à sua situação profissional, familiar, bem como às suas opiniões e expectativas, relativamente ao tema em análise: A Acção Social na FAP – que futuro?

A Amostra seleccionada recaiu sobre todos os militares submetidos ao rastreio toxicológico e de alcoolismo num determinado período (mês de Janeiro/Feveireiro). O critério da dimensão da amostra resulta do quantitativo de rastreios definido no planeamento mensal efectuado pela 2ª Divisão do EMFA e distribuído a toda a Força Aérea. Deste modo, será garantida uma amostra representativa do universo FAP.

Optou-se por difundir este inquérito pelas Unidades e órgãos da Força Aérea, através de um circuito organizacional, que garanta o tratamento reservado dos dados obtido junto dos inquiridos, nas Unidades. (EMFA/DIVINFO ⇔ GSM/NAC (Unid.) ⇔ EMFA/DIVINFO).

- Depois de identificados os indicadores, foram divididos em categorias:

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Descrição: Permite identificar as características pessoais do sujeito inquirido que estamos a analisar e qual a sua relação profissional com a Organização FAP

Indicadores (4):	Quantificadores/qualificadores
classe etária	(8) 21-25; 26-30; 31-35; 36-40; 41-45; 46-50; 51-55; 56-60
Sexo	(2) M; F
estado-civil	(6) Solteiro; Casado; Viúvo; Separado; Divorciado; União de facto
situação de serviço	(2) QP; RC

2. NÍVEL DE FAMILIARIZAÇÃO COM O SAS

Descrição: Traduz o nível de empatia e conhecimento do sujeito analisado com o SAS e GAS.

Indicadores (6):	Quantificadores/qualificadores
conhecimento da missão do SAS	(2) sim; não
conhecimento GAS da Unidade	(2) sim; não
Já procurou/beneficiou alguma actividade	(2) sim; não
Qual a actividade que já procurou e participou	(9) recreativas_culturais; turismo social; apoio social; prevenção_combate_toxicodependências; ASC – IASFA; peregrinação a pé a Fátima; apoio em mudança de mobílias; rendas económicas; protocolos
Quais motivos não ter procurado o GAS	(6) não precisou; estava fechado; fica mal localizado; desconhecia existência; outro - está colocado unidade há pouco tempo; outro - actividade programada foi cancelada;
Nível Familiarização com Portal SAS	(4) nunca consultou; cons_algumas vezes; cons_pontualmente; cons_bastante



3. OPINIÃO SOBRE O MODELO DE ACÇÃO SOCIAL

Descrição: Pretende-se saber qual a opinião do sujeito analisado, abrangendo o maior N° possível de indicadores sobre o modelo de acção social vigente e qual a perspectiva sobre a missão SAS no futuro.

Indicadores (2):	Quantificadores/qualificadores
Nível Implementação do GAS da Unidade (1-10)	1-nada; 2-muito pouco; 3-pouco; 4-reduzido; 5- suficiente; 6- suficiente +; 7- bom; 8-excelente; 9- muito bom; 10- óptimo
Actividades que melhor cumprem objectivos SAS	(22) cumprir os actuais; recreativas_culturais (turismo social; baptismos de voo; lazer-eventos); apoio social (activ_crianças; apoio mudança de mobílias; rendas económicas); ASC – IASFA; prevenção_combate_toxicodependências; prevenção da SIDA; Desporto_X (futebol; andebol; cicloturismo; desp_radicais); protocolos; workshops; apoio à vida civil pessoal disp/reserva; mais divulgação /conhecimento; não tem opinião

4. OPINIÃO SOBRE O NÍVEL DE QUALIDADE DA ACÇÃO SOCIAL

Descrição: Pretende-se saber qual nível de satisfação do inquirido sobre a qualidade da acção social a que tem acesso e a sua perspectiva sobre os itens do inquérito, medido num intervalo de valores de 1-5.

Indicadores (10):	Quantificadores/qualificadores
Como sente proximidade no apoio social FAP?	1-muito pouco; 2-pouco; 3-razoável; 4-bom; 5-muito bom;
Acha conveniente fazer investimentos nesta área?	
Pensa que este serviço deva ser considerado importante?	
Considera proveitoso para o bem estar a celebração de protocolos?	
No apoio à infância, considera adequada a resposta dada actualmente pelas instalações unidades FAP?	
Os elementos do GAS estão qualificados com formação específica e adequada?	
Julga que outras instituições fora da FAP possam desempenhar este apoio com + qualidade?	
Como funciona a linha verde de apoio às famílias dos militares em serviço no exterior?	
Como beneficiário do IASFA sente que lhe é dado o apoio necessário?	
Espera ser apoiado brevemente?	

5. INFORMAÇÃO DE INTERESSE PESSOAL

Descrição: Numa lógica de desenvolvimento sustentado do modelo de acção social, privilegia-se a expectativa pessoal do sujeito analisado, podendo mais tarde receber informação específica sobre as actividades em que manifestou interesse (caso tenha facultado identificação)

Indicadores (1):	Quantificadores/qualificadores
Actividades em que está + interessado em informação (facultativo)	(25) recreativas_culturais (turismo social; baptismos de voo; lazer-eventos); apoio social (activ_crianças; apoio mudança de mobílias; rendas económicas); ASC – IASFA; prevenção_combate_toxicodependências; prevenção da SIDA; Desporto_X (futebol; andebol; voleibol; cicloturismo; desp_radicais; Ginásio/Musculação e outras; atletismo; natação; montanhismo); protocolos; workshops; apoio à vida civil pessoal disp/reserva; mais divulgação /conhecimento



ANEXO I

Análise de resultados do inquérito



ANEXO I
ANÁLISE DE RESULTADOS DO INQUÉRITO²⁶

Frequency Table

unidade FAP do participante * idade do participante

TAB	A	idade do participante						Total	
		n responde	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45		46-50
unidade FAP do participante	AM1-Ovar	0	0	3	0	0	2	1	6
	AT1-Portela	0	6	6	0	0	1	1	14
	BA1-Sintra	1	10	4	1	0	4	2	22
	BA11-Beja	2	2	6	2	1	4	2	19
	BA4-Lajes	1	10	6	1	1	0	0	19
	BA5-Monte Real	0	7	2	0	3	2	3	17
	BA6-Montijo	0	12	14	2	2	3	1	34
	BALUM-Lumiar	1	6	5	2	0	0	0	14
	COAA—Montej-	0	2	0	0	0	0	0	2
	COFA-Monsanto	0	7	1	0	0	1	3	12
	CTA-Alcochete	0	3	2	0	0	0	1	6
	DGMFA-Alverca	0	3	2	0	0	2	0	7
	ER1-Foia	0	1	1	0	0	0	0	2
	ER2-P.Ferreira	0	0	0	0	0	1	0	1
	GAEMFA	0	13	13	1	0	2	2	31
	Total		5	82	65	9	7	22	16

situação de serviço do participante

TAB	B	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	4	1,9	1,9	1,9
	Quadro Permanente	75	36,2	36,4	38,3
	Regime de Contrato	127	61,4	61,7	100,0
	Total	206	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		207	100,0		

²⁶ Estes resultados (outputs) foram obtidos a partir de um sistema de informação: “SPSS”



idade do participante

TAB C		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	5	2,4	2,4	2,4
	21-25	82	39,6	39,8	42,2
	26-30	65	31,4	31,6	73,8
	31-35	9	4,3	4,4	78,2
	36-40	7	3,4	3,4	81,6
	41-45	22	10,6	10,7	92,2
	46-50	16	7,7	7,8	100,0
	Total	206	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		207	100,0		

sexo do participante

TAB D		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	4	1,9	1,9	1,9
	masculino	155	74,9	75,2	77,2
	feminino	47	22,7	22,8	100,0
	Total	206	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		207	100,0		

estado civil do participante

TAB E		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	4	1,9	1,9	1,9
	solteiro	105	50,7	51,0	52,9
	casado	76	36,7	36,9	89,8
	divorciado	6	2,9	2,9	92,7
	união de facto	15	7,2	7,3	100,0
	Total	206	99,5	100,0	
Total		207	100,0		

**conhecimento da missão do SAS**

TAB	F	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	3	1,4	1,4	1,4
	não	57	27,5	27,5	29,0
	sim	147	71,0	71,0	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

conhecimento GAS da Unidade

TAB	G	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	2	1,0	1,0	1,0
	não	101	48,8	48,8	49,8
	sim	104	50,2	50,2	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Já procurou/beneficiou alguma actividade

TAB	H	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao responde	39	18,8	18,8	18,8
	não	140	67,6	67,6	86,5
	sim	28	13,5	13,5	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Qual a actividade que já procurou e participou (1)

TAB	I	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	176	85,0	85,0	85,0
	recreativas_culturais	8	3,9	3,9	88,9
	turismo social	7	3,4	3,4	92,3
	apoio social	14	6,8	6,8	99,0
	ASC - IASFA	2	1,0	1,0	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

**Quais motivos não ter procurado o GAS**

TAB	J	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	36	17,4	17,4	17,4
	não precisou	143	69,1	69,1	86,5
	desconhecia existência	21	10,1	10,1	96,6
	fica mal localizado	2	1,0	1,0	97,6
	outro - está colocado	2	1,0	1,0	98,6
	unidade há pouco tempo				
	outro - actividade	1	,5	,5	99,0
	programada foi cancelada				
	outro - descontentamento	2	1,0	1,0	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Nível Familiarização com Portal SAS

TAB	L	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	2	1,0	1,0	1,0
	nunca consultou	89	43,0	43,0	44,0
	cons_ algumas vezes	73	35,3	35,3	79,2
	cons_ pontualmente	28	13,5	13,5	92,8
	cons_ bastante	15	7,2	7,2	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Como sente proximidade no apoio social FAP?

TAB	M	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	8	3,9	3,9	3,9
	muito pouco (1)	46	22,2	22,2	26,1
	Pouco (2)	58	28,0	28,0	54,1
	Razoável (3)	75	36,2	36,2	90,3
	Bom (4)	17	8,2	8,2	98,6
	muito bom (5)	3	1,4	1,4	100,0
	Total	207	100,0	100,0	



Nível Implementação do GAS da Unidade

TAB	N	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	21	10,1	10,1	10,1
	Nada (1)	17	8,2	8,2	18,4
	muito pouco (2)	10	4,8	4,8	23,2
	Pouco (3)	10	4,8	4,8	28,0
	Reduzido (4)	22	10,6	10,6	38,6
	Razoável (5)	49	23,7	23,7	62,3
	suficiente (6)	26	12,6	12,6	74,9
	Bom (7)	26	12,6	12,6	87,4
	Excelente (8)	20	9,7	9,7	97,1
	muito bom (9)	3	1,4	1,4	98,6
	Ótimo (10)	3	1,4	1,4	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Acha conveniente fazer investimentos nesta área?

TAB	O	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	10	4,8	4,8	4,8
	Pouco (2)	6	2,9	2,9	7,7
	Razoável (3)	38	18,4	18,4	26,1
	Bom (4)	75	36,2	36,2	62,3
	muito bom (5)	78	37,7	37,7	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Pensa que este serviço deva ser considerado importante?

TAB	P	Frequencv	Percent	Valid Percent	Cumulative
Valid	não responde	11	5.3	5.3	5.3
	Pouco (2)	4	1.9	1.9	7.2
	Razoável (3)	34	16.4	16.4	23.7
	Bom (4)	70	33.8	33.8	57.5
	muito bom (5)	88	42.5	42.5	100.0
	Total	207	100.0	100.0	

**Considera proveitoso a celebração de protocolos?**

TAB	Q	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	9	4,3	4,3	4,3
	muito pouco (1)	2	1,0	1,0	5,3
	Pouco (2)	5	2,4	2,4	7,7
	Razoável (3)	17	8,2	8,2	15,9
	Bom (4)	49	23,7	23,7	39,6
	muito bom (5)	125	60,4	60,4	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

No apoio à infância, considera adequada a resposta dada actualmente pelas instalações unidades FAP?

TAB	R	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	17	8,2	8,2	8,2
	muito pouco (1)	37	17,9	17,9	26,1
	Pouco (2)	48	23,2	23,2	49,3
	Razoável (3)	57	27,5	27,5	76,8
	Bom (4)	29	14,0	14,0	90,8
	muito bom (5)	19	9,2	9,2	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Os elementos do GAS estão qualificados com formação específica e adequada?

TAB	S	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	27	13,0	13,0	13,0
	muito pouco (1)	15	7,2	7,2	20,3
	Pouco (2)	35	16,9	16,9	37,2
	Razoável (3)	80	38,6	38,6	75,8
	Bom (4)	42	20,3	20,3	96,1
	muito bom (5)	8	3,9	3,9	100,0
	Total	207	100,0	100,0	



**Julga que outras instituições fora da FAP possam desempenhar este apoio com +
qualidade?**

TAB	T	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	17	8,2	8,2	8,2
	muito pouco (1)	22	10,6	10,6	18,8
	Pouco (2)	41	19,8	19,8	38,6
	Razoável (3)	70	33,8	33,8	72,5
	Bom (4)	36	17,4	17,4	89,9
	muito bom (5)	21	10,1	10,1	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

**Como funciona a linha verde de apoio às famílias dos militares em serviço no
exterior?**

TAB	U	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	10	4,8	4,8	4,8
	muito pouco (1)	110	53,1	53,1	58,0
	Pouco (2)	48	23,2	23,2	81,2
	Razoável (3)	22	10,6	10,6	91,8
	Bom (4)	13	6,3	6,3	98,1
	muito bom (5)	4	1,9	1,9	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Como beneficiário do IASFA sente que lhe é dado o apoio necessário?

TAB	V	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	30	14,5	14,5	14,5
	muito pouco (1)	50	24,2	24,2	38,6
	Pouco (2)	49	23,7	23,7	62,3
	Razoável (3)	62	30,0	30,0	92,3
	Bom (4)	15	7,2	7,2	99,5
	muito bom (5)	1	,5	,5	100,0
	Total	207	100,0	100,0	



Espera ser apoiado brevemente?

TAB	X	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	27	13,0	13,0	13,0
	muito pouco (1)	40	19,3	19,3	32,4
	Pouco (2)	45	21,7	21,7	54,1
	Razoável (3)	57	27,5	27,5	81,6
	Bom (4)	23	11,1	11,1	92,8
	muito bom (5)	15	7,2	7,2	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Actividades que melhor cumprem objectivos SAS (1)

TAB	Y(1)	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nada a referir	115	55,6	55,6	55,6
	recreativas_culturais	10	4,8	4,8	60,4
	turismo social	4	1,9	1,9	62,3
	apoio social	15	7,2	7,2	69,6
	Desporto X	4	1,9	1,9	71,5
	Desp. radicais	1	,5	,5	72,0
	protocolos	3	1,4	1,4	73,4
	mais divulgação/conhecimento	32	15,5	15,5	88,9
	cumprir os actuais	12	5,8	5,8	94,7
	iniciativas culturais/desp. semana/f-semana	2	1,0	1,0	95,7
	Infantários e ATL-filhos	2	1,0	1,0	96,6
	apoio à vida civil pessoal disp/reserva	1	,5	,5	97,1
	não tem opinião	6	2,9	2,9	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

**Actividades que melhor cumprem objectivos SAS (2)**

TAB	Y(2)	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nada a referir	185	89,4	89,4	89,4
	turismo social	2	1,0	1,0	90,3
	apoio social	2	1,0	1,0	91,3
	prevenção_combate_toxicod espendências	1	,5	,5	91,8
	ASC - IASFA	2	1,0	1,0	92,8
	Desporto X	1	,5	,5	93,2
	Futebol	1	,5	,5	93,7
	protocolos	2	1,0	1,0	94,7
	mais divulgação/conhecimento	3	1,4	1,4	96,1
	cumprir os actuais	2	1,0	1,0	97,1
	iniciativas culturais/desp. semana/f-semana	1	,5	,5	97,6
	baptismos de vôo	1	,5	,5	98,1
	cicloturismo	1	,5	,5	98,6
	Infantários e ATL-filhos	2	1,0	1,0	99,5
	Apoio Jurídico	1	,5	,5	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Actividades que melhor cumprem objectivos SAS (3)

TAB	Y(3)	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nada a referir	203	98,1	98,1	98,1
	Desporto X	1	,5	,5	98,6
	workshops	1	,5	,5	99,0
	iniciativas culturais/desp. semana/f-semana	1	,5	,5	99,5
	prevenção da SIDA	1	,5	,5	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

**Actividades que melhor cumprem objectivos SAS (4)**

TAB	Y(4)	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nada a referir	206	99,5	99,5	99,5
	mais divulgação/conhecimento	1	,5	,5	100,0
	Total	207	100,0	100,0	

Actividades em que está + interessado em informação (facultativa)

TAB	Z	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não responde	5	2,4	2,4	2,4
	recreativas_culturais	101	48,8	48,8	51,2
	turismo social	41	19,8	19,8	71,0
	apoio social	21	10,1	10,1	81,2
	prevenção_combate_toxicod espendências	6	2,9	2,9	84,1
	ASC - IASFA	8	3,9	3,9	87,9
	Desporto X	17	8,2	8,2	96,1
	Futebol	4	1,9	1,9	98,1
	Andebol	1	,5	,5	98,6
	atletismo	2	1,0	1,0	99,5
	Total	207	100,0	100,0	

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
unidade FAP do participante	206	99,5%	1	,5%	207	100,0%
* idade do participante						



ANEXO J

Quadro de análise de opinião



ANEXO J
QUADRO DE ANÁLISE DE OPINIÃO²⁷

Áreas/Actividades que melhor cumprem os objectivos SAS

	Actividades	Frequency	Cumulative Frequency
BEM-ESTAR	recreativas_culturais	10	10
	turismo social	6	16
	iniciativas culturais/ desp. Semana / fim-semana	4	20
	baptismos de voo	1	21
	ATL – Campos Férias	2	23
	Desporto (torneios)	9	32
	TOT	32	
APOIO SOCIAL	Apoio Soc. no SAS/ GAS	19	51
	Protocolos	5	56
	apoio à vida civil pessoal disp/reserva	1	57
	Creches e Infantários	2	59
	Apoio Jurídico	1	60
	TOT	28	
PREV.TOX	Prevenção e combate às toxicodependências	1	61
	Prevenção de Sida (HIV)	1	62
	TOT	2	
DIVULGAC.	mais divulgação/conhecimento	36	98
	Workshops	1	99
	TOT	37	
	Cumprir os objectivos. actuais	14	113
	Não têm opinião	6	119
	TOTAL de RESPOSTAS	119	

(Fonte: Elaborado pelo autor)

²⁷ Este quadro apresenta o tratamento dos resultados extraídos de 4 tabelas do “SPSS”, identificadas por Y(1), Y(2), Y(3) e Y(4), o qual reúne todas as 119 respostas de opinião dadas.



ANEXO L

Entrevistas efectuadas



ANEXO L

ENTREVISTAS EFECTUADAS

Entrevista ao Director da DAS Marinha – CMG CHAMBEL

- a. A Direcção de Apoio Social (DAS) é o órgão responsável por assegurar o apoio social na Marinha a todos os seus militares e respectivas famílias. Qual o enquadramento legal da DAS?**

A Direcção de Apoio Social é um órgão da Superintendência dos Serviços do Pessoal, criada pela Lei Orgânica da Marinha (Decreto-Lei nº 49/93, de 26 de Fevereiro) e activada em 1 de Março de 1994 pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº 19/94, de 17 de Fevereiro. Esta Direcção veio substituir a antiga 5ª Repartição (então denominada Repartição de Bem-estar) da Direcção do Serviço de Pessoal, criada em Janeiro de 1970, da qual herdou as competências, o pessoal, as instalações e o património, a qual foi acrescentada da Casa do Militar da Armada que passou para a directa dependência do director da DAS.

- b. Qual a missão da DAS, bem como as suas principais competências?**

À DAS compete, genericamente, promover o bem-estar e assegurar o apoio social ao pessoal que presta serviço na Marinha e seus familiares, nas modalidades estabelecidas nas normas em vigor.

- c. Qual a estrutura organizacional da DAS? Considera a estrutura do órgão que chefia (dirige) adequada à missão que lhe está atribuída?**

Director;
Subdirector;
Conselho Administrativo;
Assessoria Técnica (assuntos de saúde e jurídica);
Repartição ADM;
Repartição de Apoio Social;
Serviço de Apoio Geral;
Casa do Militar da Armada;
A estrutura existente é adequada ao cumprimento da missão da Direcção.

- d. Quais são as actividades ou áreas da acção social mais procuradas pelos militares da Marinha e seus familiares?**

Apoio às famílias dos militares falecidos;
Transporte de mobílias a preço social;
Apoio jurídico com carácter consultivo;
Contratação de seguros em condições especiais;
Apoio às famílias de militares em missão no exterior;
Processamento de subsídios de Educação Especial, para filhos de beneficiários portadores de deficiência;
Assistência social com visitas pontuais a lares e domicílios;
Apoio materno-infantil, com prioridade ao pessoal embarcado;
Controlo de créditos, para aquisição nas OGFE.



e. Os elementos que integram a área do Serviço Social estão qualificados com formação específica e adequada nesta área?

Sim. Na realidade a lotação da Direcção conta com um serviço administrativo-financeiro dedicado e perfeitamente capaz de cumprir com as tarefas a que é chamado a intervir. A DAS conta ainda com a colaboração de um Jurista, de uma Assistente Social, de um Cabo condutor Auto que possui larga experiência no transporte a que a DAS é chamada a efectuar.

f. Considera proveitoso para o bem-estar dos militares e seus familiares, a celebração de protocolos com Universidades, Bancos, Seguradoras, etc?

A Marinha, desde há muito que desenvolveu este tipo de protocolos, sendo os mais relevantes os que assinou com o Banco Totta e Açores e com as companhias de seguros Fidelidade e Império-Bonança. No que concerne ao Banco Totta e Açores há a referir a possibilidade que foi conferida aos militares da Marinha em contratarem empréstimos para aquisição de casa em condições vantajosas. De igual modo se reconhece as vantagens que a assinatura de um protocolo de saúde com a Império-Bonança trouxe aos aderentes (de referir que este protocolo foi recentemente actualizado e que engloba os filhos até aos 30 anos, que integram ainda o agregado familiar para além de poder agregar um pacote de seguros sempre com preços vantajosos em relação aos que o mercado vem praticando).

Em resumo, apenas se vêem vantagens na celebração deste tipo de seguros.

g. A DAS garante apoio específico às famílias dos militares em missão no exterior? Caso afirmativo, de que forma?

O apoio às famílias dos militares em missão no exterior encontra-se regulado através do despacho do almirante CEMA nº 18/00, de 30 de Março. Este apoio abrange, designadamente, o moral e o bem-estar, a ajuda na resolução dos problemas particulares e específicos decorrentes da ausência dos militares, nomeadamente o apoio jurídico, aconselhamento em matérias de relacionamento com a Administração Pública e a assistência social, assim como a divulgação da informação disponível sobre a situação das unidades e dos próprios militares.

Para o desenvolvimento destas actividades, cujo carácter multidisciplinar recomenda uma cooperação descentralizada, a DAS conta a colaboração de diversas estruturas da Marinha e, particularmente, do Gabinete do CEMA, da Divisão de Informações do EMA, do Comando Naval (Flotilha e Comando do Corpo de fuzileiros), da Chefia do Apoio Administrativo, do Hospital de Marinha e da Chefia do Serviço de Assistência Religiosa.

h. O financiamento das actividades sociais realizadas tem origem, exclusivamente, no orçamento do Ramo? A DAS possui autonomia de gestão?

Sim. A DAS dispôs até ao fim de um Conselho Administrativo que detinha a capacidade de fazer cumprir o orçamento superiormente aprovado, estando sujeito às inspecções das entidades competentes, designadamente da Direcção de Apuramento de Responsabilidades (Marinha), da inspecção-geral de Finanças, do EMA (é a entidade que na Marinha detém a função de inspecção-geral) ou da Inspeção-geral das Forças Armadas.

A partir de 1 de Janeiro último, a Marinha passou a ter uma organização administrativa diferente em que o Director de Apoio Social tem a incumbência de planear e executar os procedimentos relativos à utilização e controlo dos recursos financeiros e outros activos no âmbito da sua direcção, designadamente autorizar as despesas até ao limite fixado na lei.

i. Decorrente da extinção da ADMA, com o Dec-Lei Nº 167/2005, de 23SET, passando o IASFA a garantir a gestão da Assistência na Doença a Militares das Forças Armadas (ADM), quais os principais efeitos desta reestruturação na sua Direcção?

Até ao fim de 2007 não houve consequências a não ser a de uma diminuição de 11 elementos da sua lotação e que foram transferidos para o IASFFA. Na realidade, coube a esta Direcção efectuar todos os procedimentos conducentes ao encerramento de tudo o que vinha da ADMA (processar todos os documentos e efectuar os pagamentos quer aos beneficiários quer às entidades prestadoras de serviços, o que foi concluído em Dezembro último.



Relativamente ao processamento de todos os documentos da ADM que o IASFA não conseguiu processar e devolveu à DAS, a recuperação desta tarefa atrasada estima-se que será concluída até ao fim de Março p.f.. A partir dessa data, acreditamos que todas as tarefas relacionadas com o processamento seja concluída com um atraso mínimo, ficando tudo o que se relaciona com pagamentos dependente da acção do IASFA.

Em resumo, em breve a Direcção terá uma lotação mais reduzida e também uma organização a dedicar-se de forma mais sustentada para a execução de tarefas essencialmente sociais.

j. Como sente a Acção Social Complementar prestada pelo IASFA aos militares da Marinha?

De uma forma geral, na opinião que colho dos beneficiários com que lido, a Acção Complementar prestada pelo IASFA não satisfaz as aspirações dos mesmos, mas não detenho elementos suficientes que permitam em consciência produzir uma opinião minimamente fundamentada.

k. Acha conveniente que sejam feitos investimentos na área do Serviço de Acção Social que dirige?

Caso afirmativo, quais as actividades que deveriam ser privilegiadas?

A Direcção que dirijo está sediada em Lisboa (Rua do Arsenal) em infra-estruturas de boa qualidade e organizada de forma a poder produzir um atendimento de boa qualidade, pelo que não necessita de grandes investimentos. A melhoria que a Marinha necessita para os seus elementos passa muito mais por em prática um conjunto de iniciativas que necessitam muito mais de imaginação do que de fundos de investimento. Presentemente estão curso uma série de iniciativas que conduziram ou conduzirão a assinatura de protocolos com diversas entidades que poderão trazer benefícios a toda a família naval, destacando-se entre as entidades protocoladas, entidades gestoras de créditos financeiros, *health clubs*, jardins-de-infância, seguradoras (para a área de saúde).

ENTREVISTAS EFECTUADAS

Entrevista ao Chefe da DIVAS do IASFA – COR CANTO

a. O Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) é o órgão responsável por assegurar a acção social complementar nas Forças Armadas a todos os seus militares beneficiários e respectivas famílias. Qual o enquadramento legal da IASFA?

O IASFA é uma instituição de interesse público que exerce a sua actividade integrado no Ministério da Defesa Nacional. Este Instituto é pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira, cujo estatuto foi criado em 1995 (Decreto-Lei nº 284/95, de 30 de Outubro) e decorre da integração numa única entidade dos seguintes órgãos: Serviços Sociais das Forças Armadas, Cofre de Previdência das Forças Armadas, Lar de Veteranos Militares e o Complexo Social do Alfeite.

b. Qual a missão do IASFA, bem como as suas principais competências?

A missão do IASFA insere-se no âmbito da Acção Social Complementar em apoio da Família Militar. O apoio prestado tem assim como principal objectivo, os seus membros mais carenciados e, complementarmente os Beneficiários em geral. É neste contexto que existe o apoio à infância, aos estudantes, à terceira idade, os serviços de assistência médica, o apoio domiciliário, os subsídios e participações, os centros de férias e de repouso e a habitação social.



c. Qual a estrutura organizacional do IASFA? Considera a estrutura deste Instituto adequada à missão que lhe está atribuída?

ORGÃOS:

Conselho de Direcção

É o órgão responsável pela administração e direcção do IASFA, incumbindo-lhe a condução da política de acção social superiormente definida e a coordenação das actividades do Instituto

Conselho Consultivo

É o órgão de apoio ao Conselho de Direcção, na definição das linhas gerais de actuação, funcionamento e organização do IASFA

Comissão de Fiscalização

É o órgão de fiscalidade interna da legalidade da gestão financeira e patrimonial do Instituto

Constituem a estrutura do Instituto os seguintes serviços:

- Departamento de Recursos Humanos e Administração
- Departamento de Apoio Social
- Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico
- Centro de Informática
- Secretaria Central
- Centros de Apoio Social (CAS)

Departamento de Acção Social

É o serviço responsável pelo registo e controlo dos Beneficiários, pelo estudo das medidas conducentes à melhoria do apoio social prestado pelo IASFA e, ainda, pelo desenvolvimento das acções necessárias ao acesso dos Beneficiários Titulares e/ou Beneficiários Familiares às diversas prestações sociais complementares e contempla:

- A Divisão de Assuntos Sociais
- A Divisão de Equipamentos Sociais
- A Divisão de Participações Financeiras

À Divisão de Assuntos Sociais compete, entre outras missões, promover a celebração de acordos e contratos com entidades públicas ou privadas que possam garantir aos Beneficiários a complementaridade do Apoio Social prestado pelo IASFA.

d. Quais são os domínios de intervenção social mais procurados pelos militares beneficiários e seus familiares?

Considerando o Universo de todos os Beneficiários do IASFA, em 2007, foram garantidas as seguintes prestações:

- Atribuição de Subsídios
 - Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF)
 - Subsídio Complementar Normal de Pensões (SCNP)
 - Subsídio Especial de Lar (SEL)
 - Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (SEAP)
 - Subsídio Especial de Residentes (SER)
- Atribuição de Participações
 - Participação Escolar para Reeducação (CEE-R)
 - Participação Escolar Normalizada (CE)
 - Participações para passeios e convívios (animação sócio-cultural)
- Atribuição de empréstimos
- Empréstimo de material ortopédico



e. Os elementos que integram a área do Apoio Social estão qualificados com formação específica e adequada nesta área?

Sim. O IASFA conta nos seus efectivos com pessoal qualificado, desde várias Assistentes Sociais até elementos com vastos conhecimentos e experiência nesta área

f. Considera proveitoso para o bem-estar dos militares e seus familiares, a celebração de protocolos com Universidades, Bancos, Seguradoras, etc?

Sim. Com o intuito de alargar o leque de oferta, em diversas áreas, o IASFA celebrou protocolos com diversas entidades: Instituto Superior de Administração e Gestão, Universidade Internacional, Universidade Moderna, Instituto Superior de Línguas e Administração, Universidade Lusíada, Hyundai, FIAT – Lancia Ocidentalcar S.A., Casa de Repouso “Solar da Verdizela”, Alm – Serviços de Oftalmologia médica e cirúrgica S.A., CLINICAL, Policlínica Dr. António Leitão, Hotel 3 Pastorinhos SA, etc.

g. Decorrente da extinção dos sub-sistemas de saúde, com o Dec-Lei Nº167/2005, de 23SET, passando o IASFA a garantir a gestão da Assistência na Doença a Militares das Forças Armadas (ADM), quais os principais efeitos desta reestruturação?

Em termos organizacionais, conforme se depreende do Relatório de Actividades do IASFA – 2006, a principal consequência foi a nível financeiro. A Lei determinou a suspensão da quotização para o IASFA ao universo credor da Acção Social Complementar e determinou a criação de desconto para a ADM, aos seus beneficiários. Como consequência desta medida, o orçamento para 2006 (com a extinção da ADMA; ADME e ADMFA), tendo sido feito com base na Acção Social Complementar, onde as receitas incluíam as quotas, ao serem anuladas, criaram um vazio de tesouraria difícil de ultrapassar.

Contudo, situando-nos no presente e no que ao IASFA diz respeito, mais especificamente à Divisão de Assuntos Sociais (DIVAS), todas as acções e prestações foram desenvolvidas sem quaisquer interferências da(na) área de gestão da ADM. Neste contexto, pode-se afirmar que somos autónomos em termos de orçamentos, não se tendo verificado cortes ou reduções das prestações pelos motivos atrás enunciados.

h. Acha conveniente que seja feitos investimentos na área do Serviço de Acção Social dos Ramos? Caso afirmativo, quais as actividades que deveriam ser privilegiadas?

A Área do Serviço Social dos ramos deve continuar a exercer a sua acção de uma forma concertada com o IASFA, deixando para este a “fatia” maior do bolo, visto ser a única instituição que goza de estatuto de pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira.

Numa época de escassos recursos e para além da Acção Social Complementar prestada pelo IASFA, os serviços de Acção Social dos ramos poderão explorar outras actividades sociais mais perto dos militares e respectivas famílias, recorrendo a alguma imaginação. Estou-me a lembrar, no caso da Força Aérea, de eventos de natureza associativa abrangendo os sócios dos diversos clubes (oficiais, sargentos, praças) já existentes em algumas Unidades FAP e com a colaboração dos Gabinetes de Acção Social (GAS) podiam ser organizados eventos (festas, convívios, tertúlias, confraternizações) familiares e de amigos, contribuindo assim para o bem-estar entre os militares e famílias.



ANEXO L (continuação)

ENTREVISTAS EFECTUADAS

Entrevista ao Chefe do SAS - Força Aérea – TCOR FAUSTINO

- a. O Serviço de Acção Social (SAS) é o órgão responsável por assegurar o apoio social na Força Aérea a todos os seus militares e respectivas famílias. Qual o enquadramento legal do SAS?**

O Serviço de Acção Social, segundo o Decreto Regulamentar n.º 51/94 de 3 de Setembro, depende do Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA). Este diploma define a missão do Serviço e as respectivas competências. O Regulamento da Força Aérea (RFA) 303-6 estabelece a estrutura do serviço, autoridade técnica, quadro orgânico, detalhe de efectivos e descrição de funções. Este regulamento foi alterado, no entanto essas alterações ainda não foram publicadas.

- b. Qual a missão do SAS, bem como as suas principais competências?**

O SAS tem por missão promover o bem-estar social e assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea. Em conformidade com a legislação aplicável, compete ao SAS, para cumprimento da componente da missão do CPESFA que lhe está atribuída:

- (1) Programar a acção social na Força Aérea, promover e acompanhar a execução dos programas;
- (2) Ministrir cursos de formação e prevenção no âmbito social;
- (3) Propor as medidas tendentes a dar solução a situações e condições sociais e psicológicas com efeito negativo na missão;
- (4) Elaborar estudos sobre o bem-estar e as ocupações dos tempos livres;
- (5) Coordenar a assistência aos familiares dos militares e civis da Força Aérea falecidos;
- (6) Estabelecer contactos com as unidades e órgãos da Força Aérea, tendo em vista o desenvolvimento de acções de natureza social e o apoio técnico dos gabinetes de acção social (GAS);
- (7) Apoiar o pessoal da Força Aérea na resolução de casos e processamento dos direitos sociais a que tenha acesso;
- (8) Propor a frequência de cursos e a inscrição em congressos e reuniões de estudo e debate nos domínios da assistência social;
- (9) Promover a formação do pessoal do SAS e dos GAS no âmbito das técnicas de acção social;
- (10) Estudar e divulgar a legislação social com interesse para o pessoal militar e civil;
- (11) Dar pareceres, elaborar relatórios e apresentar propostas e recomendações;
- (12) Colaborar em actividades culturais e desportivas e outras de ocupação dos tempos livres;
- (13) Participar nas inspecções do pessoal.

- c. Qual a estrutura organizacional do SAS? Considera a estrutura do órgão que chefia adequada à missão que lhe está atribuída?**

A estrutura do Serviço de Acção Social, como estabelecido no artigo 20.º do DR 51/94, de 3 de Setembro, compreende o chefe do serviço, a secção de análise e programação e a secção de atendimento. Esta estrutura encontrava-se desactualizada face à missão e efectivos colocados no serviço, tendo sido alterada com a revisão do RFA 303-6, que aguarda publicação. Com esta alteração o serviço passará a ter a seguinte estrutura: chefe do serviço, adjunto do chefe do serviço, sector de assuntos sociais (tem como missão assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea), sector de turismo social e lazer (tem por missão promover e acompanhar acções no âmbito do bem-estar e ocupação dos tempos livres) e secretariado.



d. Quais são as actividades ou áreas da acção social mais procuradas pelos militares da Força Aérea e seus familiares?

O Serviço de Acção Social está organizado em duas áreas prioritárias de intervenção, o apoio social e uma outra área mais centrada nas actividades recreativas e culturais e no turismo social. No apoio social destaco o acompanhamento psicossocial aos militares e civis da Força Aérea; as visitas às unidades e órgãos da FA para atendimento individual de casos de natureza social e o desenvolvimento das acções de natureza social e apoio técnico aos gabinetes de acção social (GAS); visitas domiciliárias; elaboração de pareceres técnicos sobre situações com implicação na missão; apoio às famílias dos militares em serviço no exterior; divulgação de legislação social; atendimento no gabinete de acção social e apoio ao doente (GASAD –HFA) e protocolos. Uma outra área é a que se relaciona com as actividades lúdicas e o turismo social, em que destaco o Intercâmbio entre a Força Aérea Portuguesa e o Ejército del Aire e a utilização da Messe Militar de Lagos durante o período de Veraneio, que permitem aos militares usufruírem de férias a custos sociais. Temos dinamizado ao longo do ano actividades lúdicas, cujo objectivo é promover o convívio da família militar. Conscientes também das dificuldades dos pais em conciliarem o trabalho com o cuidar dos filhos em tempo de férias e interrupções lectivas, procuramos apresentar-lhes soluções e programas ocupacionais, nomeadamente actividades de tempos livres e campos de férias.

e. Os elementos que integram a área do Serviço Social estão qualificados com formação específica e adequada nesta área?

Sim. O chefe do serviço é sempre Tenente-Coronel de qualquer especialidade. O Serviço tem ainda duas oficiais subalternas, uma Tenente e uma Alferes, e duas técnicas civis, todas licenciadas em Serviço Social e Política Social.

f. Considera proveitoso para o bem-estar dos militares e seus familiares, a celebração de protocolos com Universidades, Bancos, Seguradoras, etc?

O nosso trabalho na área do apoio social, nos últimos anos, tem sido orientado também no sentido de consolidar contactos com entidades privadas, com o objectivo de que estas nos possam dispensar benefícios, garantindo assim a complementaridade do apoio social prestado.

Estes protocolos têm versado diversas áreas, no âmbito da educação, como universidades, infantários e escolas, na área da cultura e desporto, apoio domiciliário e lares, escolas de condução, etc. É importante referir que sempre que é possível, procuramos celebrar acordos que tenham abrangência e âmbito nacional, de modo a beneficiar não só os que vivem nas grandes cidades, mas também os que residem ou têm família em cidades do interior do país.

g. O SAS garante o apoio específico às famílias dos militares em missão no exterior? Caso afirmativo, de que forma?

Em Dezembro de 2002 foi criada a Linha Verde de apoio às famílias dos militares em serviço no exterior. Esta linha encontra-se em funcionamento no Estado-Maior General das Forças Armadas. Trata-se de um serviço de atendimento destinado a apoiar as famílias dos militares destacados nas seguintes situações:

- Integrados em Forças Nacionais Destacadas em operações de apoio à paz;
- Fazendo parte das tripulações de navios ou aeronaves militares, empenhadas em missões de apoio à paz;
- Como observadores ou integrando quartéis-generais de forças multinacionais em operações de apoio à paz;
- Integrados em projectos de cooperação técnico-militar com países lusófonos.

Os familiares dos militares que se encontrem numa daquelas situações, podem utilizar a Linha Verde para transmitir mensagens de carácter urgente e obter, de entre outras, as seguintes informações:

- Facilidades de comunicação com os militares destacados;



- Endereços postais, ou outras formas de contacto dos militares destacados;
- Funcionamento do serviço postal militar;
- Datas e horários previstos para a partida e chegada a Portugal dos militares destacados;
- Informação sobre os contactos a utilizar para obter apoio;
- Duração da missão.

O Serviço de Acção Social, decorrente do Despacho n.º 04/03/A do CEMFA de 20JAN, é o ponto de ligação entre a Força Aérea e o serviço de atendimento telefónico do EMGFA, assegurando a recepção e a resposta aos pedidos de informação apresentados, bem como a organização e manutenção de uma base de dados do pessoal da Força Aérea envolvido nestas missões.

h. O financiamento das actividades sociais realizadas tem origem, exclusivamente, no orçamento do ramo? O SAS possui autonomia de gestão?

A maioria das actividades que implicam custos directos é as actividades lúdicas e actividades ocupacionais para crianças e jovens. Nestes casos concretos, estas actividades são suportadas pelos militares e civis que nelas participam, outras são comparticipadas pela Força Aérea. Esse financiamento, quando existe, provem do orçamento do Ramo, no entanto o nosso serviço não possui autonomia financeira nem verba atribuída, e sempre que é necessário alguma verba, é proposto superiormente a atribuição dessa mesma verba.

i. Decorrente da extinção da ADMFA, com o Dec-Lei n.º 167/2005, de 23SET, passando o IASFA a garantir a gestão da Assistência na Doença a Militares das Forças Armadas (ADM), quais os principais efeitos desta reestruturação no seu Serviço.

O SAS sempre foi independente da ADMFA. Pontualmente surgiam questões sobre comparticipações e nos facultávamos essas informações ou encaminhávamos as pessoas para a ADMFA. Actualmente, procedemos da mesma forma com a ADM, recorrendo ao IASFA para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento das pessoas. Nesta área o SAS sempre funcionou como “facilitador de contactos e informações”.

j. Como sente a Acção Social Complementar prestada pelo IASFA aos militares da Força Aérea?

A missão do IASFA referente à “acção social complementar” tem por objectivo desenvolver acções de promoção do bem-estar social dos seus beneficiários e familiares, nomeadamente os mais carenciados. Estas acções concretizam-se na assistência social, parque habitacional de casas de renda económica, assistência médica e sanitária, apoio à terceira idade, comparticipações e subsídios, apoio a jovens estudantes e a crianças, filhos dos beneficiários, residências de idosos e de universitários, centros de férias e de repouso, alojamento temporário e fornecimento de alimentação, actividades ocupacionais e de animação sócio-cultural.

Nos termos da Constituição, todos os cidadãos têm direito à segurança social, mantém-se, contudo, a existência de Institutos como o IASFA, que tendo por base o princípio da complementaridade, procuram melhorar a cobertura das situações abrangidas, bem como dinamizar o desenvolvimento de outras áreas de actuação, no âmbito da acção social e, que de um modo geral, visam a promoção da melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários e famílias. Este tipo de apoio é no meu entender de extrema importância, tanto mais se tivermos em conta que os sistemas oficiais de segurança social, quer por razões financeiras, demográficas e grande dimensão, tendem a encontrar certas limitações, que podem ser complementadas por estas estruturas direccionadas a apoiar grupos profissionais e respectivas famílias.

k. Acha conveniente que sejam feitos investimentos na área do Serviço Social que chefia? Caso afirmativo, quais as actividades que deveriam ser privilegiadas?

Os investimentos considerados necessários estão previstos no nosso plano anual de acção para 2008, trata-se sobretudo de reforçar a nossa actuação nas áreas de intervenção referidas na questão d., de modo a assegurar o cumprimento da missão “promover o bem estar social e assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea”.



ANEXO L (continuação)

ENTREVISTAS EFECTUADAS

Entrevista ao Chefe da RAS - Exército – TCOR MELIM

a. A Repartição de Apoio Social (RAS) é o órgão responsável por assegurar o apoio social no Exército a todos os seus militares e respectivas famílias. Qual o enquadramento legal da RAS?

A RAS, segundo o Decreto Regulamentar n.º 74/07 de 2 de Julho, depende da Direcção do Serviço de Pessoal (DSP). Este diploma define a missão da Repartição e as respectivas competências.

b. Qual a missão da RAS, bem como as suas principais competências?

A missão e competências definidas no Decreto Regulamentar n.º 74/2007 de 02 de Julho, decorrem do processo de transformação do Exército, operado através da respectiva Lei Orgânica.

Nos termos do referido diploma, incumbe à DSP “*propor, dirigir e coordenar a execução das actividades desenvolvidas no âmbito do apoio social, da assistência religiosa, moral e bem-estar, bem como o processamento de abonos e remunerações aos servidores do Exército*”. (DR n.º 74/2007: 4169)

c. Qual a estrutura organizacional da RAS? Considera a estrutura do órgão que chefia adequada à missão que lhe está atribuída?

Desde 2005, por determinação superior, a RAS passou a ser responsável pela gestão de abonos de alimentação “em numerário” a atribuir aos militares do Exército, cumulativamente com a Secção de ADM. De facto, estas atribuições pouco ou nada têm a ver com a acção social propriamente dita, embora aceite que possam contribuir para o aumento da qualidade de vida (material) dos militares, interrelacionando-se assim com a área do Bem-estar. Contudo, por vezes e no contexto funcional em vigor, não se sabe muito bem onde começa e acaba a acção social dentro do Exército.

d. Quais são as actividades ou áreas da acção social mais procuradas pelos militares do Exército e seus familiares?

As actividades da RAS, conforme se retira do ponto anterior, estão mais direccionadas para as áreas do processamento dos abonos pecuniários de alimentação e das participações ADM, sendo esta última em coordenação com o IASFA, a quem compete a gestão da ADM.

A RAS tem ainda celebrado diversos protocolos com algumas entidades privadas, resultando daí interesses, quer para os beneficiários militares, quer para as próprias empresas. Entre os principais, destacam-se os celebrados com o grupo SANTANDER-TOTTA, a HP, o Grupo-8, a MULTICAR, a CEPSA, a Optimus, a TOP ATLÂNTICO e o Hospital da Cruz Vermelha.

Na área do bem-estar e lazer, a RAS tem realizado eventos em épocas festivas, nomeadamente Circos para crianças no Natal e outros convívios pontuais.

Na área do bem-estar (turismo social), não há qualquer intervenção da RAS, uma vez que os militares interessados, contactam directamente os equipamentos que facultam os serviços de Turismo Social (Messes militares de Lagos, residências de férias, etc.), não tendo a RAS, nem mesmo a DSP, nada a ver com as inscrições e critérios de atribuição dos equipamentos aos militares e familiares nos períodos de férias. Não obstante estas iniciativas, considero que a RAS deve deixar ao IASFA a realização de acontecimentos nesta área, uma vez que fazem parte do leque de atribuições deste instituto, do qual são beneficiários todos os militares do ramo, efectuando o pagamento de um desconto significativo (ADM).

Relativamente à divulgação de assuntos de interesse social, a RAS faz a divulgação para os seus militares, através do Portal da Intranet do Exército, nomeadamente na página da DSP. Por outro lado, uma vez que tem a seu cargo a gestão dos abonos, a RAS recorre à impressão nos boletins de vencimentos dos militares, de avisos e informações sobre os assuntos julgados de interesse para divulgação.



e. Os elementos que integram a área do Serviço Social estão qualificados com formação específica e adequada nesta área?

Na área do apoio social, a RAS actua mais como facilitador junto do Serviço de Saúde (Hospital Militar Principal, Casa de Saúde da Família Militar, etc), já que é aí que existem as competências técnicas com pessoal qualificado para dar este tipo de assistência.

f. Considera proveitoso para o bem-estar dos militares e seus familiares, a celebração de protocolos com Universidades, Bancos, Seguradoras, etc?

Sim. São proveitosos. Relativamente à celebração de protocolos, entendo que os mesmos deviam ser celebrados apenas ao mais alto nível dentro do MDN, aceitando como hipótese válida o IASFA, que também tem essa competência. Desta forma, considero que podiam advir mais vantagens para a Organização Militar, concentrando esta modalidade de acção social (protocolos) numa única entidade competente (IASFA), evitando assim a proliferação de protocolos dentro dos ramos, unidades, órgãos e serviços, com as redundâncias desnecessárias e inconvenientes, tendo em conta o actual contexto de racionalização dos serviços do estado.

g. A RAS garante apoio específico às famílias dos militares em missão no exterior? Caso afirmativo, de que forma?

Sim, servindo de facilitador de contactos entre o Exército e o serviço de atendimento telefónico do EMGFA, assegurando desta forma o reencaminhamento e a resposta aos pedidos de informação apresentados.

h. O financiamento das actividades sociais realizadas tem origem, exclusivamente, no orçamento do Ramo? A RAS possui autonomia de gestão?

Esse financiamento, quando existe, provem do orçamento do ramo, no entanto a nossa repartição não possui autonomia financeira nem verbas atribuídas. As actividades sociais realizadas são financiadas na justa medida em que estão previstas no Plano de Actividades de cada ano, ficando por isso asseguradas no orçamento do Exército.

i. Decorrente da extinção da ADME, com o Dec-Lei Nº167/2005, de 23SET, passando o IASFA a garantir a gestão da Assistência na Doença a Militares das Forças Armadas (ADM), quais os principais efeitos desta reestruturação na sua Repartição?

Não se verificaram efeitos significativos, visto que a RAS possui na sua estrutura orgânica uma secção de Apoio ADM, para dar assistência aos beneficiários que aqui se dirijam, encaminhando-os posteriormente para o IASFA, se necessário for.

j. Como sente a Acção Social Complementar prestada pelo IASFA aos militares do Exército?

De um modo geral, sinto que a Acção Social Complementar tem um nível péssimo, uma vez que são muitas as “queixas” dos beneficiários, relativamente a algumas prestações sociais (subsídios, participações, empréstimos, alojamento temporário, fornecimento de alimentação, actividades ocupacionais e de animação sócio-cultural, etc).

k. Acha conveniente que sejam feitos investimentos na área do Serviço de Acção Social que chefia? Caso afirmativo, quais as actividades que deveriam ser privilegiadas?

Os investimentos considerados necessários estão previstos no plano anual de actividades para 2008. As actividades que deveriam ser privilegiadas devem ser as relacionadas com as actividades lúdicas e o turismo social, em que destaco a utilização da Messe Militar de Lagos durante o período de Veraneio. Poderiam aqui, em coordenação com a RAS e ao nível local, serem dinamizadas actividades lúdicas, ocupacionais e recreativas a custos sociais, de modo a assegurar o bem estar social e o convívio da família militar do Exército e dos outros ramos, já que é um equipamento de utilização comum.



Brevemente, está prevista uma iniciativa de grande utilidade para os beneficiários do Exército - a activação de um espaço de atendimento privilegiado, a designar por “Loja do Cidadão Militar” e que ficará localizado no edifício onde funciona a DSP/RAS (Praça do Comércio). Este espaço irá funcionar como extensão da actual Secção de Atendimento da RAS e permitirá atender dignamente, em ambiente acolhedor, todo o pessoal do Exército, especialmente os beneficiários na Reserva e Reforma, onde poderão ser atendidos por pessoal qualificado e/ou aceder ao portal do Exército (Intranet/Internet). Acresce referir, a “mais-valia” proporcionada com esta iniciativa, visto permitir a beneficiação de parte do Edifício, realçando assim o interesse histórico com a preservação do património.